



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MECANISMOS DE POLÍTICA AMBIENTAL COMO
INSTRUMENTOS PARA A CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE: ESTUDO DE CASO NA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
ITACARÉ SERRA GRANDE**

PAULO SÉRGIO VILA NOVA SOUZA

CRUZ DAS ALMAS - BAHIA

Junho-2005

**MECANISMOS DE POLÍTICA AMBIENTAL COMO
INSTRUMENTOS PARA A CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE: ESTUDO DE CASO NA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
ITACARÉ SERRA GRANDE**

PAULO SÉRGIO VILA NOVA SOUZA

Economista
Universidade Estadual de Santa Cruz, 2001

Dissertação submetida à Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Agrárias, Área de Concentração: Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gilca Garcia Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CRUZ DAS ALMAS - BAHIA - 2005

FICHA CATALOGRÁFICA

S729 Souza, Paulo Sérgio Vila Nova

Mecanismos de política ambiental como instrumentos para a conservação da biodiversidade: estudo de caso na Área de Proteção Ambiental Itacaré Serra Grande/ Paulo Sérgio Vila Nova Souza. - Cruz das Almas - BA, 2005.

109 f.:il. + anexos

Orientadora: Prof^a Dr^a. Gilca Garcia Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Agronomia, 2005.

1. Mata Atlântica - área proteção ambiental. 2. Política ambiental - Mata Atlântica. 3. Mata Atlântica - biodiversidade. I. Universidade Federal da Bahia, Escola de Agronomia. II. Título.

CDD - 20. ed. 333.72

Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Gilca Garcia Oliveira
Centro de Ciências Agrárias e Ambientais - UFBA
(Orientadora)

Prof. Dr. Carlos Augusto Pereira Filho
Centro de Ciências Agrárias e Ambientais - UFBA

Prof^a. Dr^a. Francis Lee Ribeiro
Universidade Federal de Goiás - UFG

Dissertação homologada pelo Colegiado de Curso de Mestrado em Ciências Agrárias em

Conferindo o Grau de Mestre em Ciências Agrárias em

A Deus pelo Dom da Vida.

A minha esposa Marta e aos meus pais, Alicio (*in memoriam*) e Vanja pelo amor, carinho e total dedicação.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Gostaria de manifestar meus agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente a:

A minha orientadora Prof^a Dr^a Gilca Garcia Oliveira que com sua competência, conhecimento, paciência e empenho contribuiu de forma decisiva para a concretização deste trabalho.

A Marcelo Araújo pelo incentivo, apoio e confiança incondicional em todos os momentos.

Aos meus grandes amigos, João Carlos, José Ricardo e Vinicius Amorim, que tanto se empenharam para a conclusão deste trabalho, apoiando na coleta de dados, no apoio técnico e no levantamento de material bibliográfico.

A Luís de Lima e Gabriel Rodrigues pelo apoio e conforto nos momentos de dúvida.

A Alexandre Schiavetti pela ajuda imediata em um momento decisivo e pelo material bibliográfico concedido.

A Dr^a Francis Lee Ribeiro e ao Dr Carlos Augusto Pereira Filho, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora.

A Cidinha secretária do Mestrado em Ciências Agrárias, sempre atenciosa e prestativa.

Aos meus colegas da turma do mestrado Silvana, Mandela, Zé Carlos, Janúzia, Aline e em especial a Antônio Calmon.

Ao casal de amigos, Johones e Lúcia, pelo apoio logístico sempre que necessitava ficar em Salvador e a meu tio Dr. Antônio Adilson por compartilhar seu escritório e sua experiência de vida.

Ao Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia – IESB, por todo apoio técnico e logístico, bem como a sua equipe de profissionais, pelo carinho e pela forte contribuição para minha formação profissional.

A Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, pela oportunidade de realizar um sonho, tornar-me mestre.

A todos os professores do mestrado da Escola de Agronomia da UFBA.

“A natureza pode satisfazer
todas as necessidades do
homem, mas não sua ambição”.

M. GANDHI

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	x
LISTA DE FIGURAS.....	xi
LISTA DE ANEXOS.....	xii
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xiv
INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1	
A MATA ATLÂNTICA: HISTÓRICO DE USO E OCUPAÇÃO E A BUSCA PELA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	21
Capítulo 2	
O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA APA ITACARÉ SERRA GRANDE.....	51
Capítulo 3	
INSTRUMENTOS ECONÔMICOS COMO MECANISMO DE APOIO À CONSERVAÇÃO NA APA ITACARÉ SERRA GRANDE.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
ANEXOS.....	102

LISTA DE TABELAS

	Página
01 Tipos de florestas na Mata Atlântica.....	30
02 Unidades de Conservação na Mata Atlântica.....	36
03 Unidades de Conservação no Estado da Bahia.....	39
04 População dos municípios de Itacaré e Uruçuca, 2000.....	63
05 Distribuição dos envolvidos na pesquisa por segmentos	65
06 Classificação dos entrevistados.....	66
07 Principais problemas apresentados pelos entrevistados	66
08 Proporção da vegetação na APA Itacaré Serra Grande.....	79
09 Evolução do número de estabelecimentos de hospedagem por categoria no município de Itacaré.....	81
10 Área plantada e colhida das principais culturas agrícolas em Itacaré.....	82
11 Área plantada e colhida das principais culturas agrícolas em Uruçuca.....	82
12 Propriedade com título de posse.....	82
13 Dimensão das propriedades na APA por intervalos	83
14 Principais motivos para se visitar a APA	90
15 Intervalo de tempo entre a chega à região e o estabelecimento do empreendimento	93

LISTA DE QUADROS

01	Serviços e funções dos ecossistemas.....	32
02	Aspectos dos valores que compõem o VET.....	33
03	Benefícios e Desvantagens que podem surgir com o Turismo.....	56
04	Áreas de Proteção Ambiental estaduais na Bahia, 2003.....	59
05	Aplicação de Instrumentos Econômicos no Brasil.....	86

LISTA DE FIGURAS

	Página
01 A economia como um sub-sistema aberto de um ecossistema, em um mundo vazio.....	24
02 A economia como um sub-sistema aberto de um ecossistema, em um mundo cheio.....	25
03 Distribuição dos <i>hotspots</i> no mundo	26
04 Domínio da Mata Atlântica e quadro atual	29
05 Decreto 750/93.....	30
06 Áreas de Pressão Antrópica.....	31
07 Evolução do conceito de Corredor Ecológico.....	38
08 Os Três Pilares do Desenvolvimento Sustentável	43
09 Mapa de Localização da Apa Itacaré Serra Grande.....	60
10 Foz do rio Jeribucaçú, onde a floresta alcança o mar.....	61
11 Exemplo de beleza cênica da APA.....	61
12 Construções de moradias em área de encosta com vegetação nativa.....	67
13 Expansão da área urbana de Itacaré.....	67
14 Emissão de esgoto a céu aberto em local.....	68
15 Lixo depositado de maneira irregular em local com grande potencialidade paisagística.....	69
16 Uso e ocupação do solo.....	80
17 Dendograma com o agrupamento dos entrevistados.....	91
18 Perfil do empreendedor.....	92

LISTA DE ANEXOS

	Página
A. Roteiro para entrevista com os atores sociais da APA.....	103
B. Questionário: taxa de conservação.....	106
C. Mapa de distribuição das Unidades de Conservação na Bahia.....	108

MECANISMOS DE POLÍTICA AMBIENTAL COMO INSTRUMENTOS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: ESTUDO DE CASO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ITACARÉ SERRA GRANDE

Autor: Paulo Sérgio Vila Nova Souza

Orientadora: Gilca Garcia Oliveira

RESUMO: O propósito deste estudo é discutir e analisar os mecanismos de política ambiental, com ênfase nos Instrumentos Econômicos, que ajudem a conter o processo de degradação implantado na Mata Atlântica, desde o início da colonização brasileira e que já destruiu cerca de 93% de sua cobertura florestal. É feita uma análise do quadro atual da Floresta Atlântica e os seus antecedentes históricos, sua importância socioeconômica, ambiental e as estratégias de conservação adotadas nesse bioma. Em seguida são analisadas as Unidades de Conservação, Área de Proteção Ambiental, em especial, e sua interação com a atividade turística, comprovando que o desenvolvimento deste seguimento da economia deve ser precedido de um amplo planejamento. Por fim, trabalha-se mais especificamente, com os Instrumentos Econômicos, avaliando a aceitação de um desses mecanismos, em forma de uma taxa de conservação, em uma Área de Proteção Ambiental. Tal mecanismo foi bem aceito por parte dos empreendedores hoteleiros desde que exista clareza em sua utilização.

Palavras-chave: Instrumentos Econômicos, Desenvolvimento Sustentável, Corredor Ecológico, Área de Proteção Ambiental, Turismo.

MECHANISMS OF ENVIRONMENTAL POLICY AS TOOLS FOR THE CONSERVATION OF BIODIVERSITY: CASE STUDY IN THE AREA OF ENVIRONMENTAL PROTECTION ITACARÉ SERRA GRANDE

Author: Paulo Sérgio Vila Nova Souza

Adviser: Gilca Garcia Oliveira

ABSTRACT: The purpose of this study is to discuss and analyze the mechanisms of environmental policy, stressing the economic tools, which can help to hold the process of degradation in the Atlantic forest – phenomenon which has already destructed around 93% of the forest space. It is conducted an analysis of the current situation of the Atlantic Forest, its previous history, its socioeconomic and environmental importance as well as the strategies of conservation adopted in that biome. Furthermore, the Units of Conservation and the Area of Environmental Protection, in particular, are analyzed in conjunction with the tourist activity, proving that the development of that segment of economy must be preceded by a broad plan. Finally, the economic tools are applied, more specifically, to evaluate the acceptance of those mechanisms, in the form of a tax of conservation for the environmental protection. That mechanism was well-acceptable by the hotel entrepreneurs out of a clear confirmation of utility.

Key words: economic tools, sustainable development, ecological corridor, area of environmental protection, tourism.

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da revolução industrial, no século XVIII, aprofundaram-se as transformações econômicas, onde o modelo de produção-capital baseava-se na pilhagem do sistema natural. Essas transformações, que rapidamente se espalharam por outras regiões do planeta, abriram as perspectivas de crescimento econômico, geração de riqueza e melhoria da qualidade de vida.

A sociedade burguesa, detentora dos meios de produção, considerava a natureza como uma ampla e inesgotável fonte de matéria-prima e insumos, e que o sistema natural seria capaz de processar todas as formas de poluição advindas do processo produtivo.

Conseqüentemente, o crescimento econômico, através do modelo adotado e da crença de que os recursos naturais seriam inesgotáveis, provocou um quadro de degradação contínua do meio ambiente. Segundo Dias (2003), a industrialização gerou vários problemas ambientais como a acelerada concentração populacional nos centros urbanos, o consumo excessivo dos recursos naturais, a contaminação do ar, dos solos e das águas, a destruição de florestas dentre outras.

Galvêas (1996) explica que Malthus já alertava sobre as conseqüências do crescimento populacional e a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais e seus reflexos no crescimento econômico. Com o aumento da população vem o crescimento do consumo, e com isso a necessidade de expansão do mercado mundial. Apesar da crítica fundamentada ao postulado de Malthus de que o avanço tecnológico conseguiria vencer a diferença entre a capacidade produtiva e o crescimento populacional terem sido confirmadas, as conseqüências ambientais, sem dúvida, foram expressivas.

Posteriormente, Pigou traz a idéia de que o mercado deveria internalizar os custos das externalidades geradas em seu processo produtivo por meio de uma ação reguladora do Estado.

Segundo Almeida **et. all.** (2002), a expansão da economia mundial tem seu momento decisivo na década de cinqüenta quando se formam as corporações multinacionais, que se desvencilham do controle estatal e se transformam em agentes econômicos transacionais que em busca de lucros entram em conflito direto com o bem-estar da sociedade.

Dias (**op.cit.**, 2003), esclarece que na segunda metade do século XX, com a intensificação do crescimento econômico mundial, os problemas ambientais agravaram-se ao ponto de serem percebidos pela população. A sociedade passa a ficar mais atenta às questões relacionadas ao meio ambiente e se organizou para tentar conter o avanço da degradação ambiental.

Em 1968, um grupo de pessoas de dez países, entre educadores, cientistas, industriais e funcionários públicos, se reuniram em Roma para discutir os dilemas atuais e futuros da humanidade. Nasce o Clube de Roma, que busca promover o entendimento econômico, político, natural e social do sistema global.

De acordo com Dias (**op.cit.**, 2003), 1968 foi um período atípico, pois ocorreram importantes mobilizações de massa questionando a racionalidade do capitalismo e buscando formas alternativas de convivência, contribuindo para o aprofundamento do debate ambiental.

Posteriormente, a UNESCO realizou em Paris uma conferência sobre a conservação e uso racional dos recursos da biosfera, lançando a base para o programa Homem e a Biosfera (MAB), gerando, a partir de 1976, a criação de áreas protegidas em regiões com ecossistemas terrestres ou costeiros, conciliando a conservação da biodiversidade com a exploração racional dos recursos naturais. Estas áreas foram denominadas de Reservas da Biosfera.

Em seguida foi realizada, em 05 de junho de 1972 em Estocolmo, a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano organizada pela Assembléia das Nações Unidas. Deste encontro saiu o consenso de que o desenvolvimento econômico atual não deveria comprometer as futuras gerações, expresso no Relatório Bruntald. Dias (**op.cit.**, 2003) explica que este relatório vincula estreitamente economia e ecologia estabelecendo a linha de discussão do desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável e estabelecendo que os Estados deveriam assumir os danos ambientais e as políticas que estimularam esses danos.

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde importantes documentos sobre meio ambiente foram trabalhados: Agenda 21; Convenção sobre Biodiversidade; Convenção sobre Mudanças Climáticas; Princípios para Administração Sustentável das Florestas, e; Declaração sobre o Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esses documentos formam a base da política ambiental de diversos países.

As discussões sobre sustentabilidade trazem a reflexão da necessidade de tratar o capital natural de forma diferenciada do capital material, pois o primeiro tende a decrescer, podendo criar condições insustentáveis ao crescimento e ao bem-estar das novas gerações, ao contrário das formas de capital material que podem ser reproduzidas através de crescimento do produto.

1.1 O Problema

A conclusão de que a utilização dos recursos naturais de forma predatória é inviável economicamente e compromete o bem-estar da sociedade como um todo, trouxe para às discussões sobre política ambiental os estudos de Pigou, que em sua época já discutia um modelo de desenvolvimento onde o bem-estar social se caracterizava como um valor a ser protegido.

Neste contexto surgiram mecanismos econômicos que trazem em seu propósito a busca pela eficiência econômica através de intervenções que beneficiem o meio ambiente.

A literatura mostra que, ainda que relacionados a objetivos ambientais, os instrumentos econômicos precificados mais comuns são os tributos com fins de financiamento, pois a receita gerada proporciona autonomia fiscal para a área ambiental, geralmente desprestigiada.

Segundo Dias (**op.cit.**, 2003), a indústria turística pode contribuir diretamente para a conservação dos *habitats* e das áreas mais críticas do ponto de vista ambiental por meio de contribuições financeiras, criando formas específicas de pagamento. Esta já é uma realidade na Ilha de Fernando de Noronha, onde é cobrada uma taxa diária de permanência de cada turista que visita a ilha. Neste caso a receita gerada ajuda a diminuir os impactos trazidos pelos turistas, entre eles a destinação do lixo, que é todo retirado de navio e levado ao continente.

Entretanto a prática desses mecanismos não é trivial e a sua implementação pode gerar descontentamento por parte de quem fica com a obrigação, podendo comprometer o seu funcionamento. Deste modo, entender o nível de aceitação dos principais envolvidos é passo fundamental para o sucesso de tal instrumento.

1.2 . Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os mecanismos de política ambiental enquanto Unidade de Conservação e verificar a receptividade de uma classe de agentes econômicos, empreendedores hoteleiros, no possível pagamento de uma taxa de conservação na APA Itacaré Serra Grande seguindo os Princípios do Poluidor Pagador.

1.2.1. Objetivos Específicos

- a) Traçar o histórico de uso e ocupação da Mata Atlântica, em especial, no estado da Bahia;
- b) Discutir a implantação de unidades de conservação, em especial Áreas de Preservação Ambiental, tomando como referência a APA Itacaré-Serra Grande;
- c) Identificar as principais políticas ambientais adotadas no Brasil;
- d) Analisar o impacto do turismo na APA Itacaré-Serra Grande;
- e) Avaliar a aceitação, por parte do setor hoteleiro, de uma política ambiental, que através de um mecanismo de mercado beneficie a conservação dos recursos naturais.

1.3 . Estrutura do trabalho

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. No capítulo 1, são trabalhados os aspectos históricos e atuais da Mata Atlântica bem como os mecanismos usados para conter o processo de degradação desse bioma, o capítulo 2 discute a implantação de Unidades de Conservação e busca identificar as alterações provocadas pelo desenvolvimento do turismo na região da APA Itacaré Serra Grande. Enquanto que o capítulo 3 objetiva analisar a aceitação do pagamento de uma taxa para conservação ambiental por parte dos empreendedores do setor hoteleiro da região. Nas considerações finais, são comentados os principais resultados obtidos.

1.4. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de, MORAES, Eugênio Frederico, SOUZA, José Moutinho de, MALHEIROS, Telma Marques. *Planejamento Ambiental: caminho para a participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio*. Rio de Janeiro – RJ: Thex Editora, 2002.

DIAS, Reinaldo. *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.

GALVÊAS, Ernane. *Os Economistas: Malthus*. Editora Nova Cultura Ltda. São Paulo – SP, 1996.

CAPÍTULO 1

A MATA ATLÂNTICA: HISTÓRICO DE USO E OCUPAÇÃO E A BUSCA PELA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE¹

¹ Artigo a ser ajustado para submissão ao Comitê Editorial do periódico científico: Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural.

A MATA ATLÂNTICA: SEU HISTÓRICO DE USO E OCUPAÇÃO E A BUSCA PELA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Resumo: Este trabalho resgata o processo histórico de ocupação da Mata Atlântica, um dos maiores repositórios de biodiversidade e um dos biomas mais ameaçados do planeta. O trabalho evidencia a importância socioeconômica e os serviços ambientais prestados por esse bioma, sua riqueza biológica e as estratégias de conservação que vêm sendo adotadas para conter o processo de degradação que se alastra desde antes da colonização brasileira.

Palavras chaves: Biodiversidade, Desenvolvimento Sustentável, Unidade de Conservação, Serviços Ambientais, Corredor Ecológico.

THE ATLANTIC FOREST – ITS HISTORY OF USE, OCCUPATION AND SEARCH FOR THE CONSERVATION OF BIODIVERSITY

Abstract: This work rescues the historical process of occupation of the Atlantic forest - one of the greatest repositories of biodiversity as well as one of the most threatened biome of the planet. The present work also stresses the socioeconomic importance and the environmental services afforded by that biome, its biological richness as well as the strategies of conservation, which happen to be adopted to hold the process of degradation - a phenomenon which has been spreading since before the Brazilian Colonization.

Key-words: biodiversity, sustainable development, unit of conservation, environmental services, ecological corridor.

1. Introdução

O crescimento demográfico mundial e a incessante necessidade de consumo, sem levar em conta os limites biofísicos do planeta, vem reduzindo catastroficamente a oferta dos recursos naturais. A gradatividade deste processo, conjuntamente ao aumento do capital manufaturado em detrimento do capital natural, faz com que a sociedade não perceba esta transformação, DALY (1994), ilustra essa transformação (Figuras 01 e 02).

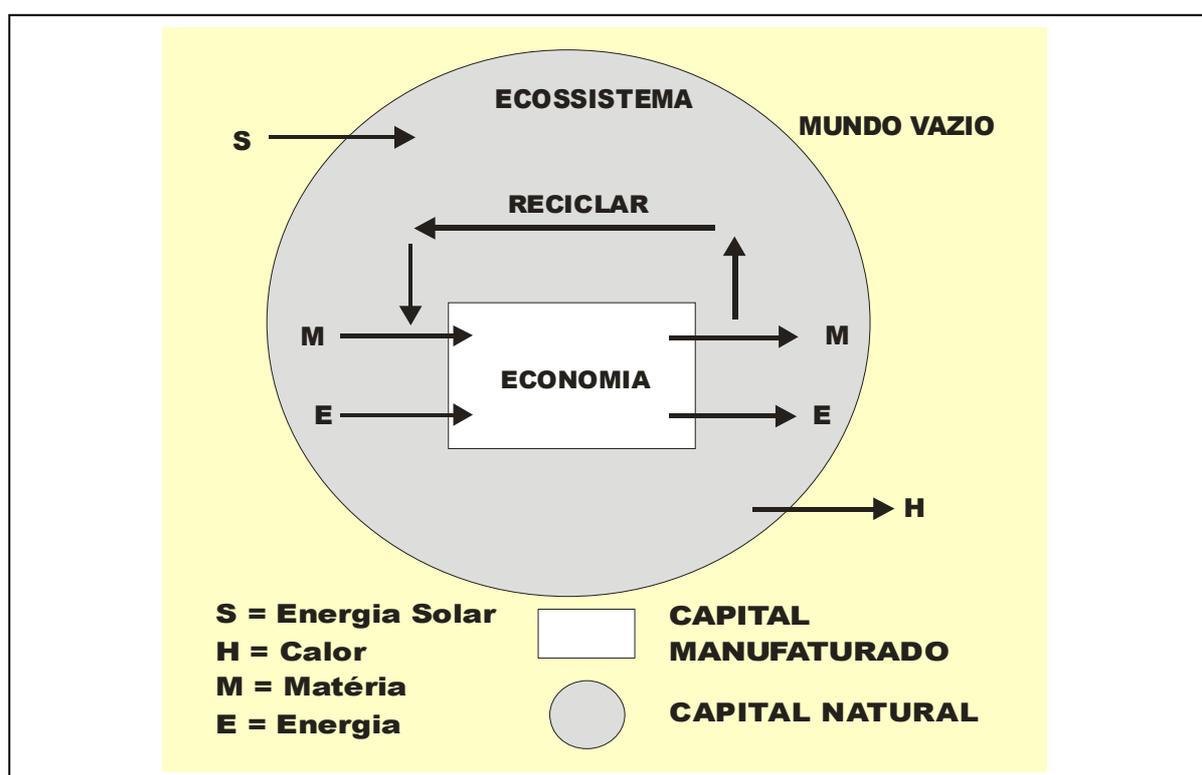


Figura 01: A economia como um sub-sistema aberto de um ecossistema, em um mundo vazio.

Fonte: DALY, 1994.

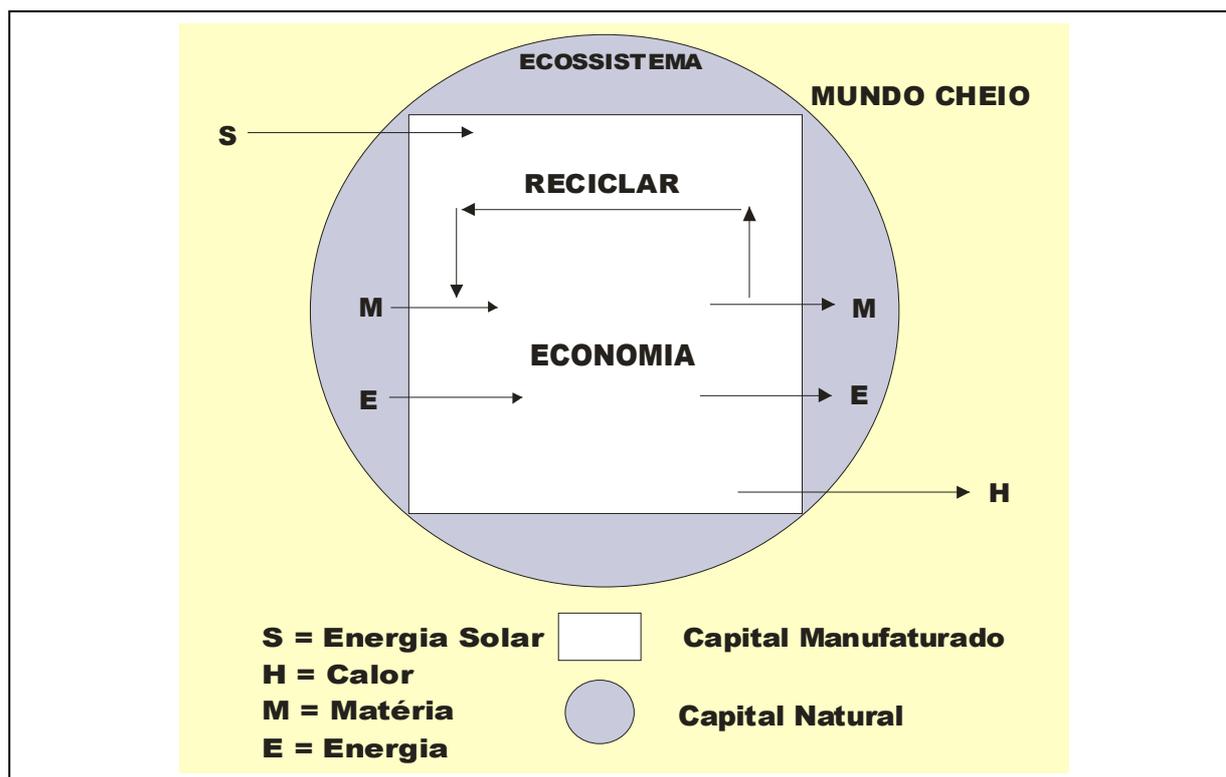


Figura 02: A economia como um sub-sistema aberto de um ecossistema, em um mundo cheio.

Fonte: DALY, 1994.

Percebe-se no primeiro quadro, que retrata o mundo vazio, uma pequena apropriação dos recursos naturais por parte da economia e que as ações antrópicas pouco alteram os processos naturais. No segundo, que ilustra um mundo cheio, todo o funcionamento do sistema natural se mostra alterado em função da apropriação excessiva do meio ambiente.

O que antes parecia inesgotável hoje já se mostra altamente vulnerável devido ao uso desordenado dos seres humanos. Dentre as conseqüências deste fato têm-se o surgimento de um número cada vez maior de *hotspots*, regiões com grande riqueza em biodiversidade e ameaçadas de destruição. Segundo Pellegrine Filho (2000), em todo o mundo existem 25 áreas que precisam urgentemente de medidas conservacionistas, dentre elas a Mata Atlântica e o Cerrado brasileiro, como pode ser observado na Figura 03.

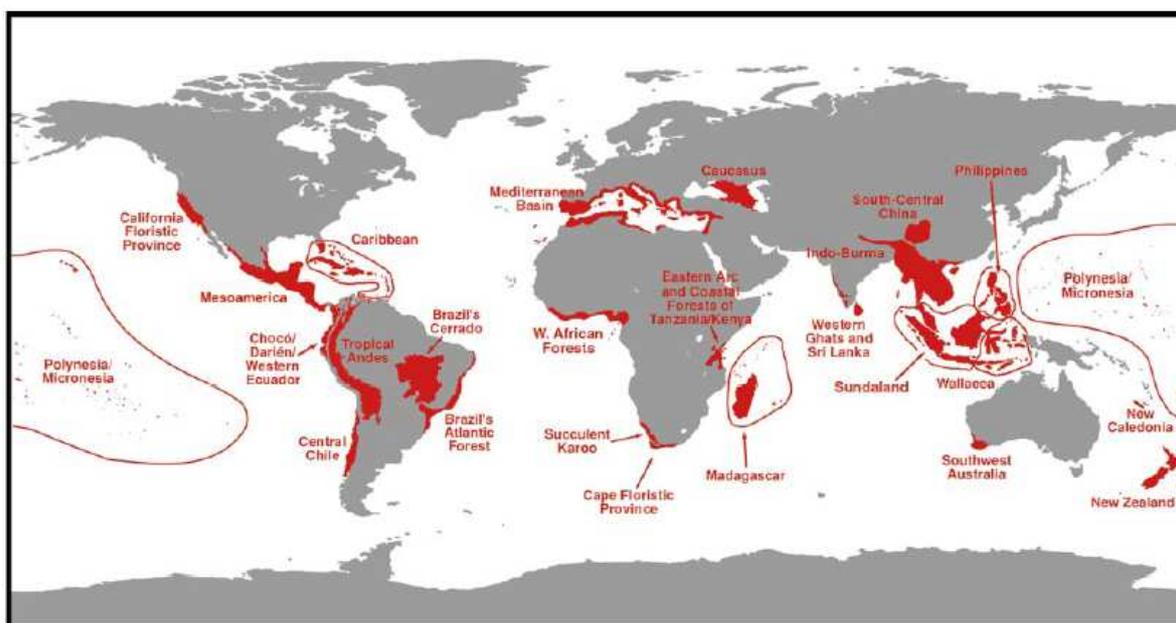


Figura 03: Distribuição dos hotspots no mundo.

Fonte: CABS 2000.

Leal **et al.**, (2005) explica que nos hotspots mundiais existe uma convergência de áreas com alta biodiversidade e endemismo, onde milhões de pessoas vivem na pobreza, e onde uma série de fatores adicionais leva a destruição de *habitats*, assim sendo, varias espécies, inclusive a humana, compartilham a vulnerabilidade e a luta pela sobrevivência. Nestes mesmos locais observa-se a exploração desenfreada dos recursos naturais, tanto para processos produtivos, quanto para o desenvolvimento turístico.

Conter o processo de destruição destes biomas vem sendo a preocupação da sociedade civil e de governos do mundo inteiro. Nesta busca para frear o processo de degradação é preciso entender como se deu e se dá essa dinâmica, quais os fatores que a influenciam, o que motiva a luta pela manutenção deste bioma e quais seriam as estratégias possíveis para sua conservação.

2. A importância socioeconômica

O interesse econômico pelo Bioma Mata Atlântica se deu inicialmente com a colonização brasileira e a exploração de Pau-Brasil para a produção de corante, estendendo-se à sucupira, jacarandá, tapinhoã, canela, canjarana, pequi, peroba,

araribá, jenipaparana, urucurana e vinhático dentre outras espécies nativas da Mata Atlântica de alto valor para a construção naval, edificações e móveis, (CAPOBIANCO 2001).

A exploração predatória desta floresta também foi uma maneira de se avançar o processo de colonização e de expansão de fronteiras agrícolas, pois segundo Pádua (2002), a Mata Atlântica representava um obstáculo ao plantio de cana de açúcar e sua abertura contínua, através de queimada representava a maneira mais fácil e barata, no pensamento econômico colonial, de avançar na agricultura. Vale ressaltar que esta prática é comum também nos dias de hoje. Esse mecanismo de supressão somou-se, conforme Capobianco (**op.cit.**, 2001) ao sistema de concessão de sesmarias, formando uma combinação fatal para a Mata Atlântica, onde o proprietário recebia uma sesmaria que, depois de exaurida toda a floresta, a negociava e solicitava outra gleba ao governo. A terra era tida como um recurso descartável.

A busca pelas ampliações das fronteiras agrícolas e urbanas em detrimento da floresta Atlântica continuou ao longo da história brasileira, passando pelos diversos ciclos econômicos: pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração, café e, pecuária. A exploração desordenada, a princípio, parecia não trazer danos, uma vez que a mata era vista como infinita e inesgotável além de atender às expectativas econômicas imediatistas dos seus exploradores.

A exploração madeireira na região da Mata Atlântica manteve sua importância econômica, pois de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1998), na década de 70 este bioma ainda contribuía com cerca de 47% da oferta de madeira em toras no mercado nacional. Contudo, a exploração de forma predatória e sem manejo provocou uma redução na oferta de 15 milhões de m³ na década de 70 para 7,9 milhões de m³ em 1988.

Segundo Monteiro (2003), nos últimos cinquenta anos com o crescimento urbano, a industrialização, a expansão das fronteiras agropastoris, a abertura de estradas, a extração mineral, a geração e a transmissão de energia acelerou-se o

processo de fragmentação, ampliando a extensão da área devastada. De acordo com um estudo publicado em 1998 e realizado em parceria pela Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e o Instituto Socioambiental – ISA, a velocidade da destruição da Mata Atlântica, entre 1990 e 1995, é equivalente a um campo de futebol a cada quatro minutos.

A Mata Atlântica, conforme explica Câmara (1991), na época do descobrimento do Brasil, era uma cobertura florestal praticamente contínua, muito diversificada em sua constituição fitofisionômica² e florística³. Ela estendia-se ao longo da costa, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, com amplas extensões para o interior, cobrindo quase a totalidade dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, além de partes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, ocupando uma área superior a 1.000.000 de km².

De acordo com Leal *et.al.* (**op.cit.**, 2005), a Mata Atlântica é o ecossistema mais degradado e mais seriamente ameaçado dentre os hotspot, onde o ritmo das mudanças está acelerado evidenciando a urgente necessidade de ações que visem a conservação deste bioma.

Atualmente, a área de floresta está reduzida a menos de 7% de sua formação original, apresentando-se de forma fragmentada e dispersa. Os mais expressivos remanescentes encontram-se principalmente em áreas onde o processo de ocupação foi dificultado pelos acidentes geográficos e pela falta de infra-estrutura e transporte, a exemplo da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira (Figura 04).

² Referente a fitofisionomia, que é aspecto da vegetação dum lugar, ou flora típica de uma região.

³ Parte da fitogeografia que trata particularmente das famílias, gêneros e espécies ocorrentes numa determinada região.

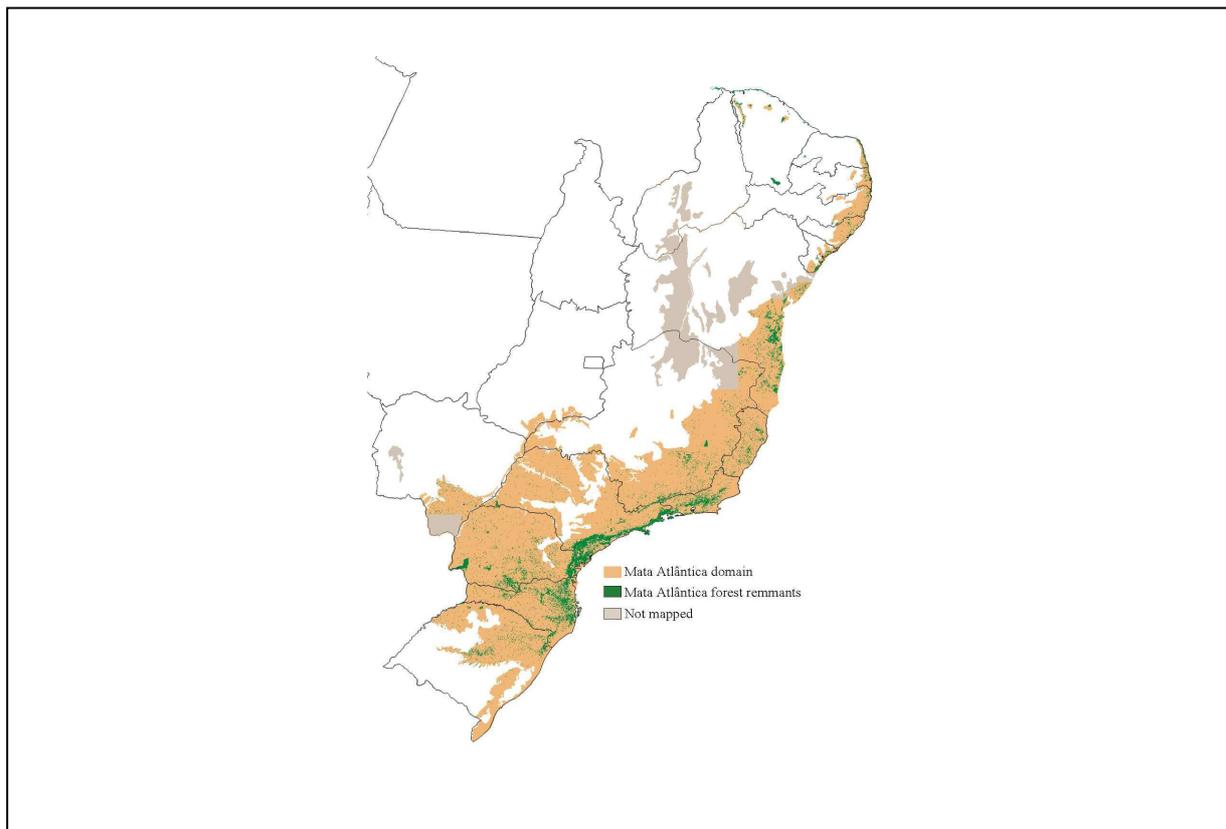


Figura 04: Domínio da Mata Atlântica e quadro atual

Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica, INPE e ISA, 1998.

Observando a figura acima, onde a mancha com tons alaranjados representa a formação original do bioma somando-se com as áreas representadas pela mancha com tons acinzentados que são regiões ainda não mapeadas, fica mais evidente a proporção do processo de degradação da Mata Atlântica, pois apenas as porções em verde representam os fragmentos existentes.

Mesmo reduzida e bastante fragmentada, a Mata Atlântica possui relevância social, ambiental, histórica, cultural e econômica marcantes. Este bioma exerce influência direta em cerca de 80% da população brasileira que vive em sua área de domínio. Segundo o Decreto Federal 750, de fevereiro de 1993, em Lima (2001), a Mata Atlântica se distribui em 15% do território nacional, em uma área com cerca de 1.306.000 km², sobrepondo-se em 17 Estados da Federação, 3.409 municípios, em uma área ocupada por cerca de 120 milhões de habitantes (Figura 05).

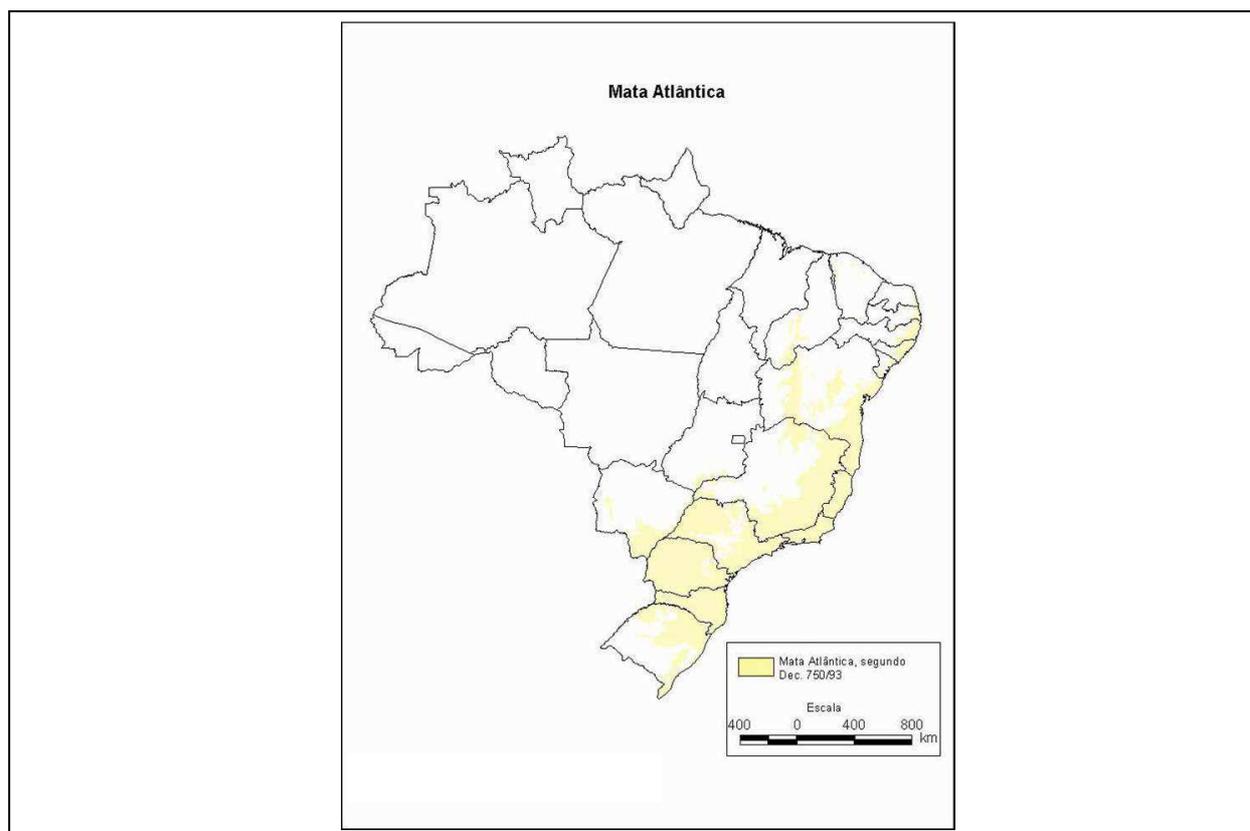


Figura 05: Decreto 750/93.

Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica, INPE e ISA, 1998.

A região da Mata Atlântica apresenta uma grande extensão latitudinal e grandes variações de altitude, sendo desta forma bastante heterogênea, formando um mosaico de biodiversidade com vários tipos de vegetação (Tabela 01).

Tabela 01: Tipos de florestas na Mata Atlântica

Tipo de Floresta	Extensão Km	%
Floresta Ombrófila Densa e Aberta	237.530	18,18
Floresta Ombrófila Mista	168.916	12,93
Floresta Sazonal e Semidecídua	635.552	48,65
Área de Tensão Ecológica	157.747	12,07
Outros	106.676	8,17
Total	1.306.421	100,00

Fonte: Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2000.

Abrigando dois terços da população brasileira, a Mata Atlântica amplamente urbanizada é exposta mais diretamente a todo o tipo de agressão (Figura 06). A região está sobrecarregada com rodovias, que formam o eixo de desenvolvimento brasileiro, ferrovias, gasodutos, indústrias, excesso de lixo e alto nível de poluição.

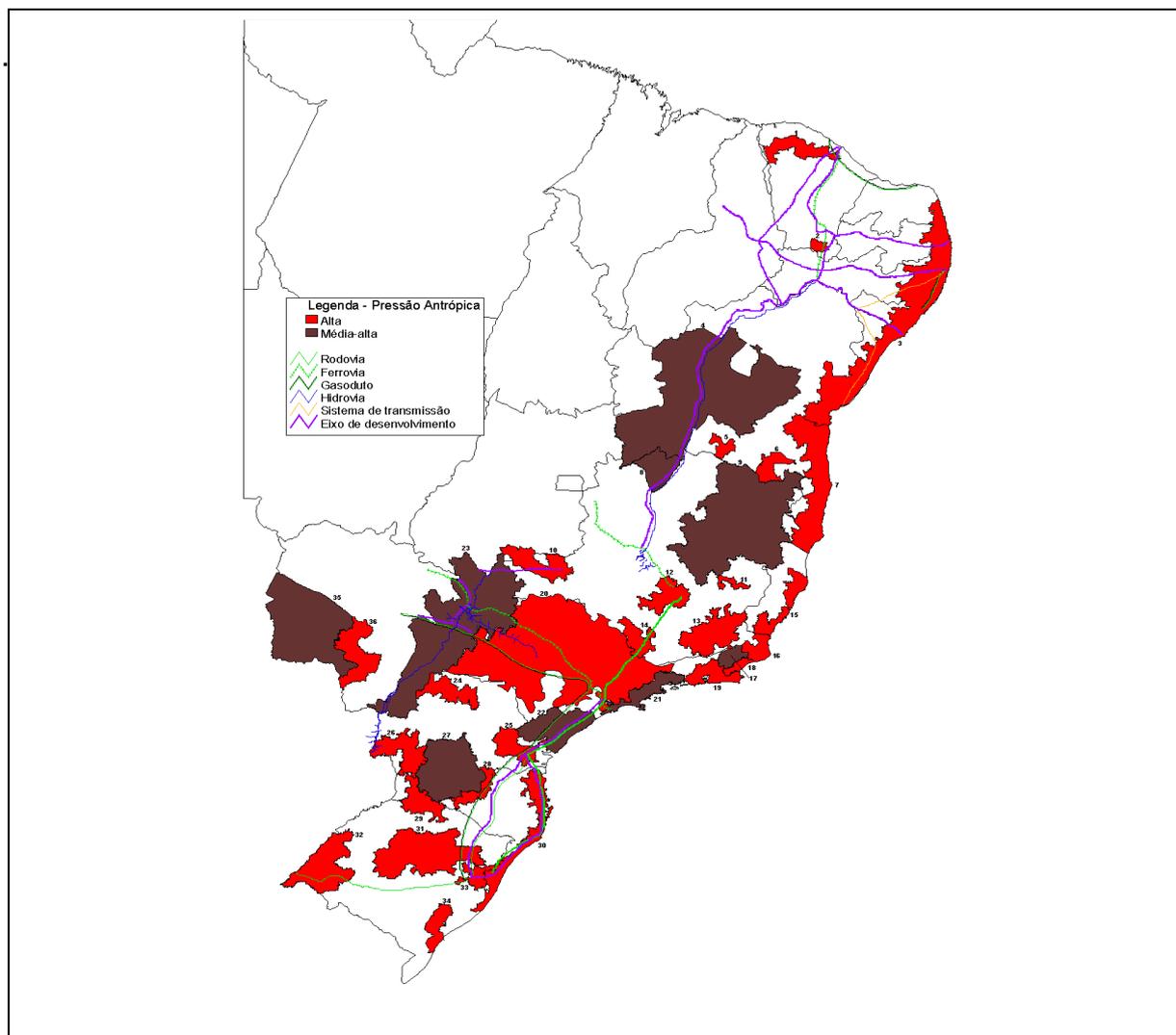


Figura 06: Áreas de Pressão Antrópica

Fonte: MMA, 2000.

A regulamentação do fluxo dos mananciais hídricos, a manutenção da fertilidade do solo, a captura e estocagem de carbono, a proteção das encostas das serras e a beleza cênica são alguns exemplos dos diversos serviços ambientais que este bioma presta a sociedade. Segundo CONSTANZA (1998), são 17 os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas a humanidade (Quadro 01).

Quadro 01: Serviços e funções dos ecossistemas

N	Serviço do Ecossistema	Função do Ecossistema	Exemplo
1	Regulação gasosa	Regulação da composição química da atmosfera	Equilíbrio do CO ₂ /O ₂ , O ₃ para proteção dos UVB
2	Regulação climática	Regulação da temperatura global, precipitação e outros processos, climáticos mediados biologicamente	Regulação dos gases do efeito estufa
3	Regulação de distúrbios	Resposta dos sistemas a flutuações ambientais	Proteção contra tormentas, controle de cheias, recuperação de secas, e outras respostas dos habitats a variabilidades ambientais controladas principalmente pela vegetação
4	Regulação da água	Regulação dos fluxos hidrológicos	Provisão de água para a agricultura, ou processos industriais ou transporte
5	Suprimento de água	Armazenamento e retenção de água	Provisão de água por bacias, reservatórios e aquíferos
6	Controle da erosão e retenção da sedimentação	Retenção de solo dentro do ecossistema	Prevenção da perda de solo pelo vento, run-off ou outro processo de remoção
7	Formação de solos	Processo de formação dos solos	Intemperização de pedras e acumulação de matéria orgânica
8	Ciclagem de nutrientes	Armazenamento, ciclagem interna, processamento e aquisição de nutrientes	Fixação de Nitrogênio, N, P, e outros ciclos de nutrientes
9	Tratamento de resíduos	Recuperação de nutrientes <i>mobiles</i> e remoção ou quebra de excesso de nutrientes xenic e compostos	Tratamento de resíduos, controle da poluição e destoxificação
10	Polinização	Movimento de gametas florais	Provisão de polinizadores para a reprodução de populações de plantas
11	Controle biológico	Regulação trófico-dinâmica de populações	Controle de predadores de espécies espécies predadas, redução de herbivoria por predadores top
12	Refúgio	Habitats para populações residentes ou em trânsito	Alimentação, habitats para espécies migratórias
13	Produção de alimentos	A porção da produção primária bruta que pode ser extraída como alimento	Pesca, caça, colheitas, frutas
14	Matéria primas	A porção da produção primária bruta que pode ser extraída como matéria prima	Produção de madeira, combustível, forragem
15	Recursos genéticos	Fonte de material e produtos genéticos únicos	Remédios, produtos para a ciência, genes para resistência a patógenos e pestes, espécies ornamentais
16	Recreação	Permitir oportunidades para atividades de recreação	Ecoturismo, pesca, e outras atividades de recreação ao ar livre
17	Cultural	Permitir atividades para usos não comerciais	Valores estéticos, artísticos, educacionais, espirituais, e outros dos ecossistemas

Fonte: CONSTANZA, 1998.

TURNER, PEARCE e BATEMAN (1994) evidenciam o Valor Econômico Total – VET – da Mata Atlântica, pois este bioma tem a contribuição de todos os tipos de valores aplicados pela economia ambiental, tais como: os valores de uso direto, os valores de uso indireto, em especial a recreação, o turismo ecológico e a contemplação da paisagem. Contudo, em função dos impactos causados pelos usos diretos durante 500 anos de colonização brasileira, que a reduziram e causaram alterações em sua integridade, entende-se que os valores de opção e de herança, e principalmente os de existência, apresentam perspectivas futuras promissoras, como as potencialidades da biodiversidade, pois são os usos sustentáveis possíveis dos remanescentes da floresta (Quadro 02).

Mattos & Mattos (2004), explica que VET de um recurso representa seu valor de uso (VU) mais seu valor de não uso (VNU). O VU é composto pelo valor de uso direto (VUD), valor de uso indireto (VUI) e valor de opção (VO). O valor de existência (VE) é uma das principais categorias do VNU. Desta forma, tem-se:

$$VET = VU + VNU \quad (1)$$

$$VET = (VUD + VUI + VO) + VNU \quad (2)$$

Quadro 02: Aspectos dos valores que compõem o VET

Valor de Uso			Valor de Não-Uso
Valor de Uso Direto	Valor de Uso Indireto	Valor de Opção	Valor de Existência
bens e serviços ambientais apropriados diretamente da exploração do recurso e consumidos hoje.	bens e serviços ambientais que são gerados de funções ecossistêmicas e apropriados e consumidos indiretamente hoje.	bens e serviços ambientais de usos diretos e indiretos a serem apropriados e consumidos no futuro.	valor não associado ao uso atual ou futuro e que reflete questões morais, culturais, éticas ou altruísticas

Fonte: Adaptado de Motta et al., 1997.

A vocação deste bioma ainda direcionar-se para a valorização dos serviços ambientais, descritos acima, que são importantes tanto no âmbito local, como nas escalas regional e global. No Quadro 01 apresentado acima, verifica-se que a Mata Atlântica desempenha importantes funções à sociedade, ressaltando que não só as áreas de floresta, mas qualquer ecossistema a ela associado, como vegetação de restinga, manguezais, campos de altitude ou brejos interioranos do Nordeste, que

possam ser conservados ou recuperados e, de preferência, reunidos nos chamados corredores ecológicos, têm uma importância vital para a Mata Atlântica, como explica CAPOBIANCO (*op.cit.*, 2001).

3. A riqueza biológica

A Mata Atlântica abriga uma das mais ricas biodiversidades do mundo, algo em torno de 7% das espécies existentes, ou seja, uma grande variedade de “bens”, espécies e ecossistemas que fazem parte da biosfera. Nela encontra-se a maior diversidade botânica do planeta, algo em torno de 454 e 476 espécies de árvores e arbustos em um único hectare, sendo que 25% destes são encontrados exclusivamente no Sul da Bahia. De acordo com Fonseca *et al.* (1997), a fauna deste bioma é formada por cerca de 261 espécies de mamíferos, 620 de pássaros, além de 260 de anfíbios. A diversidade biológica é marcada pela presença de cerca de 20.000 espécies de plantas vasculares (cerca de 8.000 endêmicas), enquanto 2.160 compõem a diversidade faunística, integrada por 526 endêmicas (mamíferos – 250 espécies/55 endêmicas, aves – 1.023 espécies/188 endêmicas, répteis – 197 espécies/60 endêmicas, anfíbios – 340 espécies/90 endêmicas e peixes – 350 espécies/133 endêmicas).

Grande parte das espécies citadas acima apresenta importância econômica direta na vida da humanidade na forma de: madeiras nobres, alimentos, medicamentos, combustível, óleos, fibras, flores, etc. Capobianco (*op.cit.*, 2001) classifica as espécies da seguinte forma: madeira e lenha (Peroba, Canela, Imbuía, Pinheiro, Cedro, Pau-Brasil, Caixeta, Bracatinga, Jacatirão); alimentos (Palmito, Pinhão, Erva-Mate, Caju, Maracujá Doce, Bacupari, Goiaba, Jabuticaba, Pitanga, Araçá); medicamentos (Espinheira Santa, Ginseg Brasileiro, Carqueja, Chapéu de Couro, Embaúba, Guaçatonga, Pariparoba, Jaborandi); fibras (Piaçava, Cipó Imbé, Cipó Liaça, Tucum, Imbiruçu, Banana-do-Mato, Indaiá); ornamentais (Xaxim, Orquídea, Bromélia, Helicônia, Samambaia Silvestre).

Diante de expressiva importância é preciso conter a fragmentação deste bioma que se manifesta através da perda da diversidade biológica acima citada. A

destruição dos remanescentes de floresta altera o microclima e as características dos habitats, provocando a perda de indivíduos reprodutivos das populações e modificando as relações ecológicas de espécies polinizadoras, prejudicando desta forma a capacidade dos indivíduos sobreviverem.

A eliminação da biodiversidade influencia negativamente o desenvolvimento econômico e social, pois a prestação dos serviços ambientais está diretamente ligada aos meios de sobrevivência e à preservação da vida.

4. Estratégias de conservação

Motivados pela preocupação em conservar os fragmentos de Mata Atlântica que restam, entidades governamentais e não governamentais passaram a desenvolver uma série de estudos na região buscando identificar os principais fatores da dinâmica do desmatamento, suas conseqüências para diversidade biológica e possíveis soluções a serem adotadas.

Uma das formas encontradas para minimizar os efeitos da degradação e da fragmentação de ecossistemas naturais é por meio do estabelecimento de unidades de conservação (UC), que são superfície de terra ou mar, com características peculiares e de importância ambiental e ecológica.

O MMA (**op. cit.**, 2000) define UC como: espaços territoriais (incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais) com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e com limites definidos, sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam com garantias adequadas de proteção. As Unidades de Conservação são divididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

As Unidades de Proteção Integral visam preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, atividades educacionais, científicas e recreativas, estando subdividida em Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida

Silvestre. Já as Unidades de Uso Sustentável objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Neste grupo encontram-se Áreas de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Na Mata Atlântica cerca de 4,41% do seu território encontram-se sob a forma de Unidades de Conservação, que necessitam de normas específicas de proteção, determinadas por legislação própria. Contudo, observou-se que essas unidades de conservação, atuando de forma isoladas, acabariam se tornando áreas insulares cercadas por ambientes inóspitos para os seus componentes florísticos e faunísticos. A maior parte delas (76,04%), encontra-se sob o âmbito estadual, sendo que aquelas de uso indireto são as mais presentes, enquanto que dentre as federais (23,96%) a maior parte esta configurada como de uso direto, (Tabela 02).

Tabela 02: Unidades de Conservação na Mata Atlântica

Esfera	Categoria	Quant.	Área (ha)	%*	%**
Federal	Uso indireto	22	346.874	0,35	7,87
	Uso direto	7	709.366	0,71	16,09
Subtotal		29	1.056.240	1,06	23,96
Estadual	Uso indireto	89	2.193.015	2,91	49,74
	Uso direto	30	1.159.687	1,16	26,30
Subtotal		119	3.352.702	3,35	76,04
Total		148	4.408.942	4,41	100

Fonte: Adaptado do IBAMA/DEUC, 1997.

* Em relação a área de abrangência da Mata Atlântica;

** Em relação ao total de área de UC.

De acordo com Soulé, Wilcox e Holtby (1979), os fragmentos protegidos em unidades de conservação são invariavelmente reduzidos em tamanho devido à necessidade da manutenção de populações mínimas viáveis daquelas espécies com maior requerimento de área.

Laurence, *et al*, (1997) explica, que as UCs, sofrerem uma deterioração progressiva de seus ambientes a partir das bordas, iniciando-se uma reação em cadeia que leva à erosão da diversidade biológica que originalmente abrigavam.

Visando reduzir o impacto das ações antrópicas, passou-se a usar uma espécie de barreira denominada de zona tampão, que são áreas periféricas aos parques ou reservas que possuem restrições de usos nas suas terras, a fim de ser uma camada de proteção à reserva.

São nestas zonas que as atividades econômicas e o uso da terra devem garantir a integridade da unidade de conservação. Entretanto, essas unidades de conservação, apesar das zonas tampão, acabam se caracterizando como "ilhas" de áreas teoricamente preservadas, o que por si só não seria suficiente para que a diversidade biológica de determinada região fosse preservada.

Buscando adotar uma estratégia que pudesse levar a uma configuração de paisagem que permitisse a manutenção e a conectividade dos remanescentes de floresta, atendendo a critérios de representatividade biogeográfica e persistência de populações e comunidades ao longo prazo, passou-se a estudar a possibilidade da criação de corredores ecológicos (Figura 07), que seria um conjunto de unidades de conservação sob diferentes categorias de manejos, incluindo os remanescentes florestais sob domínio privado, distribuídas em áreas representativas das diferentes comunidades florísticas e faunísticas dos ecossistemas, assim como explicam Ayres *et al*. (1997).

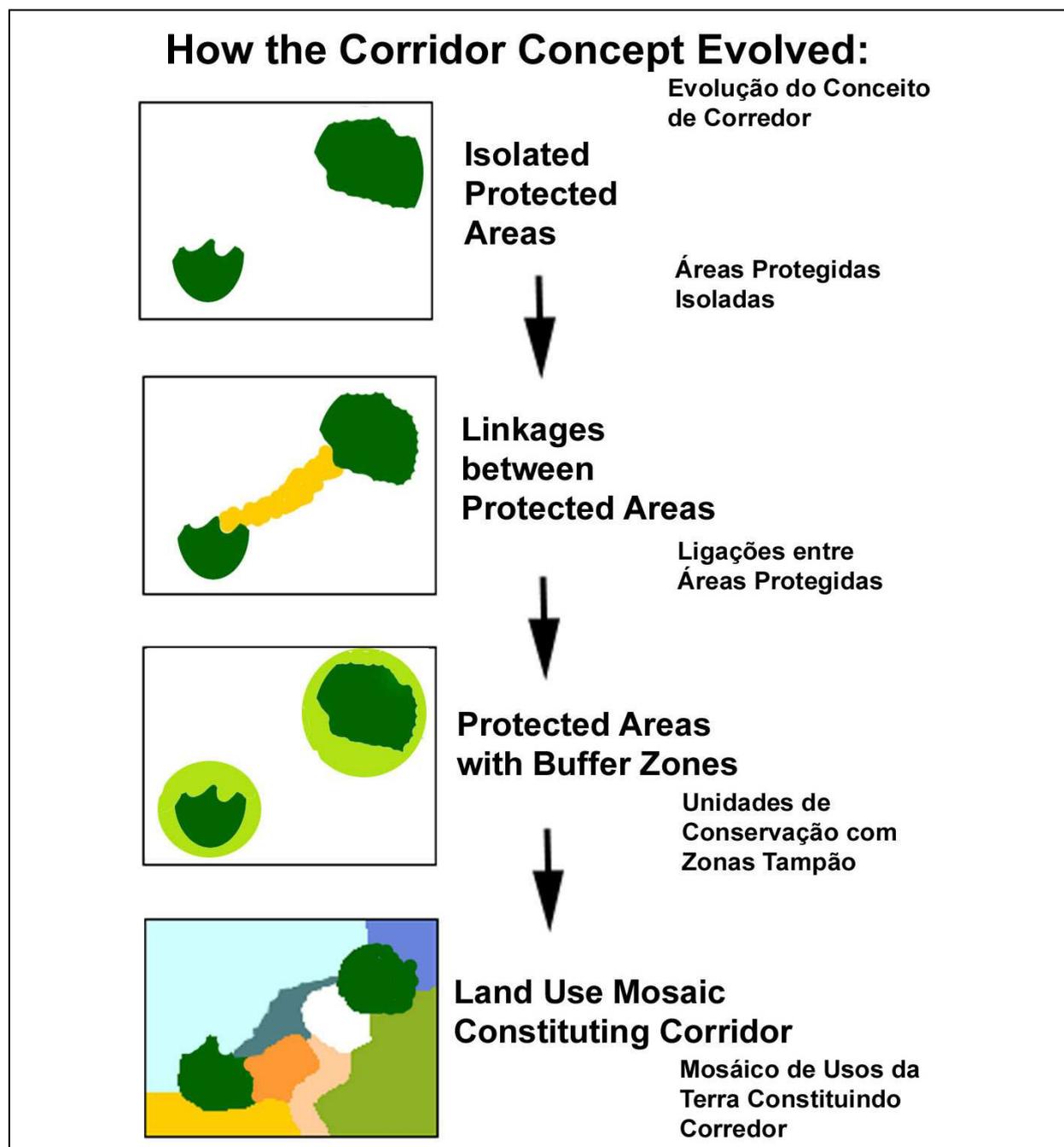


Figura 07: Evolução do conceito de Corredor Ecológico

Fonte: CABS 2000.

Segundo Forman (1995), os corredores têm a função primordial de proporcionar vias de intercâmbio e incrementar a possibilidade de movimento de indivíduos pertencentes a populações que se encontram em maior ou em menor grau, isoladas em áreas de *habitat* mais propício à sua sobrevivência. Tal "estrutura" seria uma estratégia de manejo dinâmico e integrado de paisagens. Fonseca *et al*

(2003) explicam que os corredores funcionam como uma unidade de planejamento regional que compreende um mosaico de uso das terras.

Atualmente no Estado da Bahia, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos - SEI (2005), existem 131 UC's, sendo a grande maioria composta por RPPN (37,40%) e APA (28,24%) (Tabela 03).

Tabela 03: Unidades de Conservação no Estado da Bahia

Tipo	Quantidade	%
Estações Ecológicas	3	2,29
Reservas Biológicas	2	1,53
Parques	28	21,37
Monumento Natural	1	0,76
Refugio da Vida Silvestre	1	0,76
Áreas de Proteção Ambiental	37	28,24
Floresta Nacional	1	0,76
Reserva Extrativista	2	1,53
Áreas de Relevante Interesse Ecológico	2	1,53
Reservas Ecológicas	5	3,82
Reservas Particulares do Patrimônio Natural	49	37,40
Total	131	100,00

Fonte: SEI, 2003.

No conjunto das políticas ambientais existem instrumentos que poderiam complementar os mecanismos de Comando e Controle usuais, como as multas e outras penalidades associadas ao descumprimento de dispositivos que proíbem o desmatamento. O pagamento de incentivos financeiros para conservação, o subsídio periódico para a não-utilização da terra (um exemplo é o mecanismo de ICMS Ecológico, em operação em quatro estados da federação), impostos sobre produtos gerados através de práticas ambientalmente danosas, introdução de “direitos negociáveis de desenvolvimento” (criar um mercado para transações associadas a mecanismos legais existentes, e.g., a lei dos 20% de reserva legal, ou outras passíveis de introdução), a venda de serviços ecossistêmicos associados ao seqüestro de carbono, são alguns exemplos citados por Chomitz & Constantino (1999), *in* Alger *et. al.* (2003).

5. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável

Acompanhando todas as discussões sobre a conservação Mata Atlântica e sua biodiversidade vem a idéia de se desenvolver ações que conduzam a um desenvolvimento sustentável. Contudo, promover desenvolvimento sustentável não é algo muito simples, pois exige interações de ordem econômica, social e ambiental, e não apenas de boas idéias e intenções. É preciso antes de tudo entender verdadeiramente o que significa *Desenvolvimento Sustentável*, pois este termo, que vem sendo aplicado com freqüência, sobretudo a partir da década de 90, é empregado, na maioria dos casos, como uma forma sofisticada de descrever o que é aparentemente bom e justo.

Sobre o tema Brundtland (1988) explica que, um modelo de desenvolvimento sustentável busca reduzir as imperfeições do modelo “tradicional” de desenvolvimento, visando satisfazer as necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazerem suas próprias necessidades.

Seguindo esta mesma linha Almeida (2002) reflete que um projeto será considerado como sustentável, quando a iniciativa em análise tiver uma dose social, econômica e ambiental mais sustentável, satisfazendo o que defende Guimarães (1998), quanto às necessidades materiais e espirituais dos envolvidos, incorporando também as questões da pobreza e da exclusão social local. Becker (2002) explica que, iniciativas desse porte, devem ser ricas em alternativas que possam envolver as diferenças culturais, ambientais e éticas de cada comunidade, garantindo também, a manutenção dos estoques da natureza levando em consideração a capacidade regenerativa da natureza.

Viederman (citado por HACKETT, 1998), explica que a sustentabilidade se dará através do controle comunitário e prudente de todas as formas de capital – capital natural, capital humano, capital social, e capital cultural. Ainda quanto à ação social Moral (2003) relata que a sustentabilidade social do desenvolvimento pode ser atingida através da ação coletiva e do capital social gerado em torno dos projetos.

Para Andrade (2004) a sustentabilidade advém da ação coletiva baseando-se na apropriação também coletiva dos meios de produção e dos recursos não materiais como as regras formais e informais, conhecimentos e valores sociais. E o capital social participa, como sendo o conjunto de recursos sociais que uma população pode recorrer para melhorar suas condições de vida, promovendo a confiança, a ajuda recíproca e a cooperação.

A formação do capital social é um ponto importante na construção do desenvolvimento sustentável. De acordo com Putnam (citado por LUSTOSA, 2002), esse capital social “contribui para aumentar a eficiência da sociedade”, semelhante às outras formas de capital, constituindo-se em capital produtivo que possibilita a realização de objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse. Cruz (2003) afirma que o capital social a nível local se refere às redes e organizações sociais, diferentes expressões locais do governo, empresas e organizações civis, regras informais e a tradução das regras formais nacionais no contexto local. A nível macro inclui também as realidades locais, as estruturas e regras do jogo da sociedade formal nacional, como as estruturas do governo, o sistema judicial, a constituição política e seu funcionamento concreto na cultura política do país.

Silveira (2002), ao abordar sobre as experiências de desenvolvimento local em execução no Brasil, como a iniciativa da Comunidade Solidária, o Projeto do Banco do Nordeste/PNUD, as Agendas 21 Locais e o Projeto de Cooperação SUDENE/PNUD afirmou que, o capital social definido como a experiência associativista, os laços de confiança e cooperação, as competências e capacidades organizacionais e as configurações de caráter tácito ou institucionalizado, mostra-se como o ponto crucial no empoderamento das populações locais para influenciar ou controlar o Estado e suas políticas.

De acordo com Viola & Leis (1991), três possibilidades que podem promover a formação de uma sociedade sustentável se destacam:

- Estadista: onde o Estado deve criar normas e controlar os recursos naturais a fim de melhorar a qualidade de vida que aqui é considerada como um bem público;

- Comunitárias: desconfiados do Estado e do mercado, vêm nas comunidades e nas ONGs, os promulgadores dessa transição;
- Mercado: que acredita na expansão do consumo verde, ou seja, no consumo de produtos ecologicamente corretos.

A sustentabilidade, segundo Buarque (2002), se baseia na relação entre três objetivos: equidade social, a eficiência e o crescimento econômico e a conservação ambiental, os quais foram denominados por Viederman (1998), como os três pilares para a sustentabilidade, conforme representados na Figura 8.

Observa-se nessa figura que na intersecção combinam-se os objetivos do desenvolvimento. Fora dela, pode-se atingir a equidade social e a conservação ambiental sem realismo econômico; equidade social e eficiência econômica sem conservação ambiental (degradação do meio ambiente), ou conservação ambiental e racionalidade econômica atrelada com dificuldades sociais e pobreza.

Para que as iniciativas de desenvolvimento não proporcionem uma redução da eficiência econômica quando se tenta melhorar a conservação ambiental, como através de suspensão de atividades econômicas que degradam o meio ambiente ou geram externalidades negativas, em razão de uma decisão voltada para a melhoria da economia, torna-se necessário, promover mudanças profundas no modelo de desenvolvimento, principalmente no padrão tecnológico (BUARQUE, 2002).

Esse padrão tecnológico será o regulador do sistema produtivo, podendo possibilitar a expansão da produção considerando as limitações dos recursos naturais e a demanda da sociedade. Assim, as relações nas circunferências referentes ao meio ambiente e à economia tenderão a serem redefinidas, reduzindo o efeito que o movimento positivo em uma delas provocaria negativamente na outra (BUARQUE, *op cit.*, 2002).

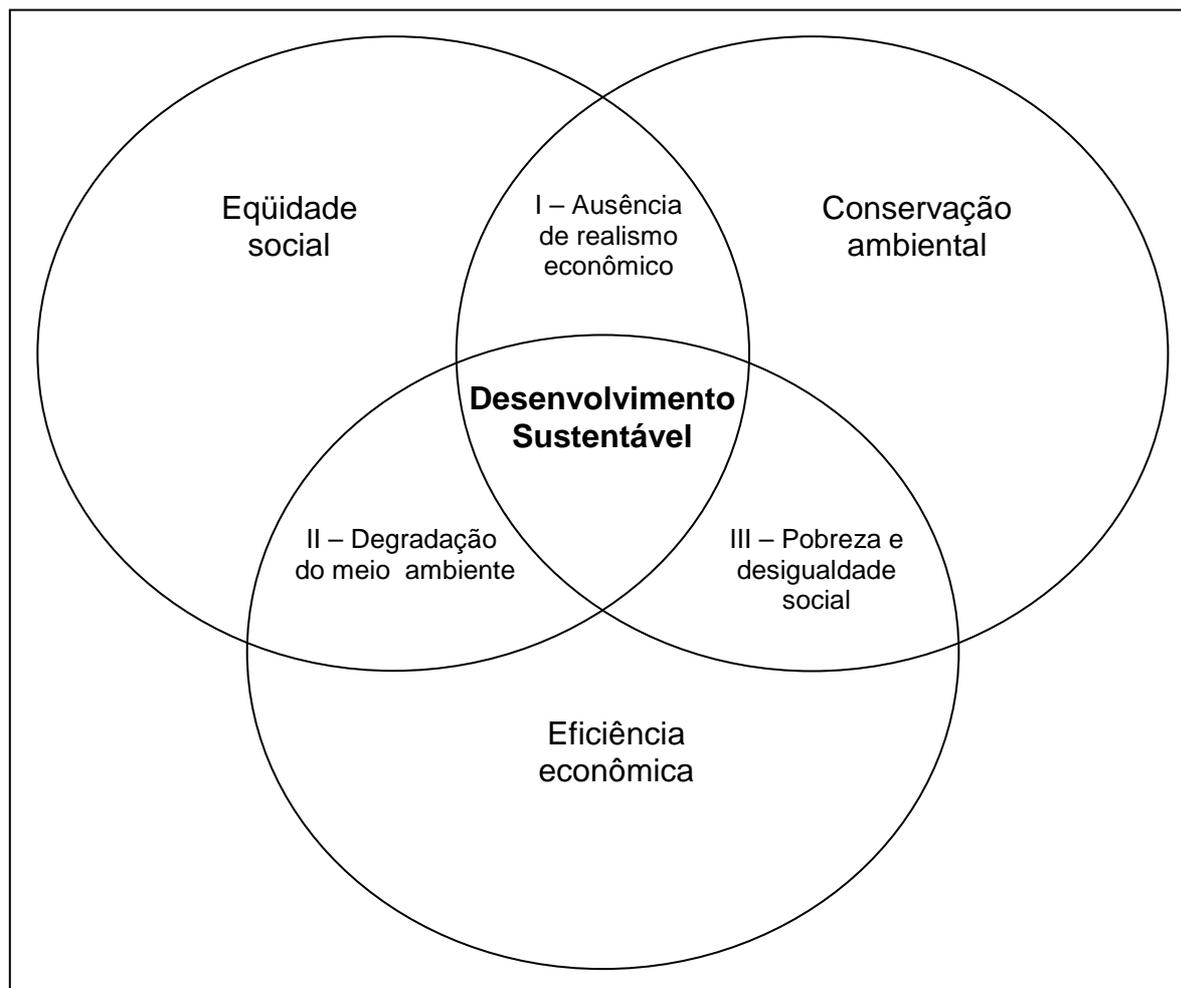


FIGURA 8 – Os três pilares do desenvolvimento sustentável
Fonte: Adaptado de Buarque (2002) e de Hackett (1998).

Esse modelo de desenvolvimento deve procurar proporcionar melhoria das condições de vida das comunidades abrangidas (CAVALCANTI, 1997; GUIMARÃES, 1998), uma vez que, os seres humanos constituem o centro e a razão de ser do processo de desenvolvimento. Outro aspecto preconizado no desenvolvimento sustentável é a conservação ambiental e, segundo Primack e Rodrigues (2001), uma maneira de promovê-la é através da utilização de corredores de habitat, também conhecidos como corredores ecológicos.

A estruturação desses corredores ecológicos passa pela estratégia de formar parcerias com agricultores locais, desenvolvendo nas áreas de suas propriedades sistemas agroflorestais (BLANES et al. 2004a), pois esses sistemas apresentam

duas vertentes: uma voltada para a conservação ambiental e outra, conforme Baggio (2004), voltada para promover o desenvolvimento dos agentes ligados ao meio rural.

Além de sua utilidade na construção dos corredores ecológicos, os sistemas agroflorestais conforme Almeida (1994), constituem um tipo de uso da terra que mais se aproxima da estrutura e função dinâmica da vegetação natural, mantendo a ciclagem dos nutrientes e contribuindo para a manutenção da fertilidade do solo. Para Dubois (1992), são apropriados para a população rural de baixa renda, pois utilizam poucos insumos e a mão-de-obra tende a diminuir com o tempo, permitindo a diversificação da produção, além de assegurar sua sustentabilidade.

Apesar das contribuições de diversos autores, na construção do desenvolvimento sustentável, observa-se que o mesmo encontra-se ainda em meio a vários discursos que envolvem questões ambientais sem haver um consenso quanto ao seu real sentido (STAHEL, 1998). A realidade é que, as iniciativas que busquem promover o desenvolvimento local, devem ser ricas em alternativas, capazes de enfrentar com novas soluções a crise social, econômica e ambiental da atualidade (ALMEIDA, 2002).

Os conceitos vistos nesse ponto evidenciam que o desenvolvimento sustentável deve ser buscado em sua essência, sobretudo na região da Mata Atlântica, fortalecendo as ações de conservação através da interação dos objetivos conflitantes básicos desse modelo de desenvolvimento: equidade social, a eficiência e o crescimento econômico e a conservação ambiental. Desta forma, as iniciativas que busquem a promulgação do desenvolvimento sustentável devem buscar primordialmente o fortalecimento das comunidades envolvidas, pois através da majoração desse capital social, os agentes envolvidos poderão discutir, direcionar e legitimar as ações do desenvolvimento e conservação ambiental.

6. Conclusões

Mesmo diante de séculos de exploração desordenada, a Mata Atlântica ainda detém rica diversidade biológica, desencadeando na convicção da urgente

proteção deste patrimônio mundial, contrariando uma variedade de interesses econômicos daqueles que lutam para manter e até mesmo expandir o processo de exploração da terra, como a indústria madeireira e a agropecuária extensiva.

Apesar do empenho da conservação por meio da criação de UCs e todas as estratégias citadas acima, a depauperação deste bioma prossegue em ritmo acelerado. Diante disto, vê-se necessário o desenvolvimento de mecanismos econômicos e políticos que viabilizem efetivamente a implantação e a manutenção das unidades de conservação em qualquer categoria e que estimulem a conservação de remanescentes em áreas privadas.

É preciso que se incentive os trabalhos de pesquisa básica para ampliar e melhorar a base de dados sobre a diversidade deste bioma, subsidiando a formulação de leis ambientais e políticas públicas.

Ações de conscientização precisam ser desenvolvidas e implementadas em larga escala despertando na sociedade o entendimento de que a Mata Atlântica, bem como toda a natureza, compõe o capital natural de uma economia, formando um estoque físico importante para a geração de todos os bens e serviços vitais para o funcionamento da sociedade moderna, e que este capital está sendo exaurido de forma acelerada, e na maioria dos casos de forma irreversível.

6. Referência Bibliográfica

ALGER K.N., CHOMITZ K.M., VILA NOVA P., ORLANDO H. 2003. *Instrumentos econômicos e de políticas públicas para o estabelecimento do Corredor Central*. In: Prado P.I., Landau E.C., Moura R.T., Pinto L.P.S., Fonseca G.A.B., Alger K.N. (orgs.) *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, Ilhéus, IESB / CI / CABS / UFMG / UNICAMP.

ALMEIDA, Jalcione. *A problemática do desenvolvimento sustentável*. in: BECKER, D. F. (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* 4ª. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ANDRADE, João Carlos de Pádua. *Análise de um Projeto de Desenvolvimento no Sul da Bahia: Projeto Floresta Viva*. Dissertação de mestrado do Programa Regional de Pós-graduação de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PRODEMA, UESC. Ilhéus – BA, 2004.

AYRES, J.M., FONSECA, G. B., RYLANDS, A. B. et. al. *Abordagens Inovadoras para Conservação [...]*. Versão 3.0. Brasília, 1997.

BAGGIO, A. J. *Qualidade da produção e agregação de valor em sistemas agroflorestais*. In Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais (5.: 2004: Curitiba, PR) - ISSN 1517-537x.

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BECKER, D. F. (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* 4ª. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BLANES, J.; ANDRADE, J. C. de P.; LIMA, W.; LIMA, L. de B; FERNANDES, V.; GOMES, M. *Construindo corredores ecológicos na Mata Atlântica do sul da Bahia através dos sistemas agroflorestais com enfoque em processos participativos*. In Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais (5.: 2004a: Curitiba, PR) – ISSN 1517-537x.

BRUNDTLAND, Gro H. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

BUARQUE, Sérgio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CABS – Center for Applied Biodiversity Science. *Designing sustainable landscapes*. Washington, DC, 2000.

CÂMARA, Ibsen de Gusmão. *Plano de Ação para a Atlântica*. Rio de Janeiro: S.O. S Mata Atlântica, 1991, 171p.

CAPOBIANCO, João Paulo R. *Situação atual e perspectivas para a conservação da Mata Atlântica*. In: Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, 2001.

CAVALCANTI, A. P. B. C. *Desenvolvimento sustentável e planejamento: bases teóricas e conceituais*. Fortaleza: UFC – Imprensa Universitária, 1997.

CONSTANZA, Robert et alii. *The value of the world's ecosystem services and natural capital*. Ecological Economics, Solomons, 25(1):3-15, April, 1998.

CRUZ, Selmira Flores. *Estratégias para mejorar las condiciones de vida de la población rural: caso Nicaragua*. Relatório do Instituto Mujer y Comunidad para o Fondo Mink'a de Chorlavi, 2003. Disponível em www.fondominkachorlavi.rog. Acesso em 12/12/2003.

DALY, Herman E. *Operationalizing sustainable development by investing in natural capital*. In: Investing in Natural Capital. The Ecological Economics Approach to Sustainability. Washington, D.C., ISEE/Island Press, 1994.

DUBOIS, J. C. L. *Alternativas agroflorestais para a recuperação de solos degradados na região Norte do Brasil*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, 1992.

FONSECA, G. A. B. *Biodiversidade e Impactos Antrópicos*. In, J. A. de Paula (org), *Biodiversidade, População e Economia: uma região de Mata Atlântica*. UFMG, Belo Horizonte, M.G., 1997.

FONSECA G.A.B., ALGER K., PINTO L.P., ARAÚJO M. E CAVALCANTI R. 2003. *Corredores de biodiversidade: o Corredor Central da Mata Atlântica*. In: Prado P.I., Landau E.C., Moura R.T., Pinto L.P.S., Fonseca G.A.B., Alger K. (orgs.) *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, Ilhéus, IESB / CI / CABS / UFMG / UNICAMP.

FORMAN, R.T.T. *Land Mosaics: the ecology of Landscapes and Regions*. Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1995.

Fundação SOS Mata Atlântica, INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial) e ISA (Instituto Socioambiental). 1998. *Atlas da Evolução dos Remanescentes Florestais e ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica no período 1990 – 1995*. São Paulo – SP: SOS Mata Atlântica, INPE, ISA, 1998.

GUERRERO, S. J.; HOYOS, L.E. *A qualidade de vida: opção teórica e metodológica*. Revista de Economia Rural, Brasília, v. 21, n. 2, p. 127-192, abr/jun. 1983.

GUIMARÃES, Roberto P. *Modernidad, médio ambiente y ética: un nuevo paradigma de desarrollo*. in Revista Ambiente e Sociedade. Ano I – No. 2 – 1º. Semestre de 1998. Campinas: Oficinas gráficas da UNICAMP, 1998.

HACKETT, Steven C. *Environmental and natural resources economics: theory, policy, and the sustainable society*. Armonk, New York: M.E. Sharpe, Inc., 1998.

IBAMA. Projeto Parques e Reservas. Versão 3.0. *Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras*. MMA/IBAMA. Volumes I e II, agosto de 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário - 1995-1996*. nº15 - Bahia, 1998.

LAURANCE, W. F., FERREIA, L.V., GASCON,C. et. al., *Biomass collapse in Amazonian forest fragments*. Science 278:1117-1118.

LEAL, Carlos Galdino, e CÂMARA, Ibsen de Gusmão. *Status do hotspot Mata Atlântica: uma síntese*. In: LEAL, Carlos Galdino, e CÂMARA, Ibsen de Gusmão. *Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas. Conservação Internacional*. Belo Horizonte – MG, 2005.

LIMA, André (Organizador). *Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica*. Instituto Socioambiental. São Paulo – SP, 2001.

LUSTOSA, Paulo Henrique. *Avaliação da indução de desenvolvimento local sustentável: uma proposta de metodologia*. In FISCHER, T. *Gestão do*

desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador – BA: Casa da Qualidade, 2002.

MATTOS, Katty Maria da Costa, MATTOS, Arthur. *Valoração Econômica do Meio Ambiente – uma abordagem teórica e prática*. São Carlos – SP: RiMA, Fapesp, 2004.

MMA – Ministério do Meio Ambiente, 2000. *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras: subprograma Mata Atlântica (PPG7)*. Versão 1.1. Brasília – DF, 2000.

MONTEIRO, Kathia Vasconcelos. *Mata Atlântica: A Floresta em que vivemos*. Núcleo Amigos da Terra. Porto Alegre – RS, 2003.

MOURA, Luis Antonio Abdalla de. *Economia ambiental: gestão de custos e investimentos*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000.

MORAL, Júlio B. del. *La acción colectiva: base del desarrollo sustentable*. Relatório da COCIHP – Coordenadora de Organizaciones Campesinas e Indígenas de la Huasteca Potosina para o Fondo Mink'a de Chorlavi, 2003. Disponível em www.fondominkachorlavi.org. Acesso em 12/06/2005.

MOTTA, Ronaldo Serôa, MENDES, Francisco Eduardo. *Instrumentos Econômicos para o Controle Ambiental do Ar e da Água: uma Resenha da Experiência Internacional*. Rio de Janeiro – RJ: IPEA, 1997.

PÁDUA, J.A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786 – 1888*. Rio de Janeiro, 2002.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo*. 1ed. São Paulo: Manoele Ltda, 2000.

PRIMACK, R. B. & RODRIGUES, E. *Biologia da conservação*. E. Rodrigues. Londrina – PR, 2001.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
<http://www.ba.gov.br/sei>, acesso em 10 junho de 2005.

SILVEIRA, C. M. *Desenvolvimento local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos*. in FISCHER, T. *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador – BA: Casa da Qualidade, 2002.

SOULÉ, M.E., WILCOX, B.A, e HOLTBY, C. *Benign neglect: A model of faunal collapse in the game reserves of East Africa*. *Biological Conservation*, 15:259-272.

STAHEL, Andri W. *Capitalismo e entropia: aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis*. In: CAVALCANTI, Clovis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1998.

TURNER, R. Kerry, PEARCE, David, BATEMAN, Ian. *Environmental Economics. An elementary introduction*. New York, Harvester Wheatsheaf, 1994.

VIEDERMAN, S. *Sustainability's five capitals and three pillars. Chapter 3 or Building Sustainable Societies: a blueprint for a post-industrial world*. Ed. D. Pirages. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1996.

VIOLA, E. J. & LEIS, H. R. *Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo*. in LEIS, H.R. *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

CAPÍTULO 2

O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA APA ITACARÉ SERRA GRANDE

O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA APA ITACARÉ SERRA GRANDE

Resumo: As Unidades de Conservação em forma de Área de Proteção Ambiental, APA, vêm se tornando o mecanismo de conservação preferido de alguns gestores públicos, principalmente em regiões com potencial turístico. O turismo, por sua vez, é apontado por muitos como o setor econômico mais adequado para regiões de relevante importância ambiental, pois poderia conciliar desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental. Neste trabalho ver-se-á que o turismo, se não for devidamente planejado, poderá contrariar essa expectativa e tornar-se uma ameaça ao meio ambiente em particular e a região onde está desenvolvido.

Palavras chaves: Área de Proteção Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Turismo.

THE TOURISM AND THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF THE AREA OF ENVIRONMENTAL PROTECTION (AEP) ITACARÉ SERRA GRANDE

Abstract: The Units of conservation in the form of Area of Environmental Protection – AEP – has happened to be the preferable mechanism of conservation of some public managers, mainly in regions of tourist potential. The tourism, in its turn, is broadly considered the most adequate economic sector to regions of pronounced environmental importance, taking into account the possibility of conciliating economic development and environmental sustentation. In this work, we state that if tourism is not properly planned, it will contradict that expectation, becoming a threat to the environment, in particular, and to the region where it is developed, in general.

Key words: area of environmental protection, sustainable development, tourism.

1. Introdução

A transformação do turismo em uma importante atividade comercial foi um dos fenômenos de maior impacto sócio-econômico na segunda metade do século XX, quando passou a fazer parte do cotidiano de uma parcela relativa da população, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, deixando de ser privilégio de uma elite que dispunha de tempo e dinheiro para realizar suas viagens.

Segundo Barretto (2003), o turismo sempre esteve ligado ao modo de produção e ao desenvolvimento tecnológico, sendo que o primeiro determina quem viaja, e o segundo, como fazê-lo. Com a Revolução Industrial, no século XVIII, a sociedade passou por uma reformulação a partir do aumento das migrações das áreas rurais para os centros urbanos e adiante para novos continentes. Com a concentração de riqueza nas áreas urbanas surge uma nova classe de ricos que começam a viajar em seus momentos livres em busca de atividades recreativas.

Santos (1999), explica que a palavra “turismo” surgiu no século XIX, mas foi após a Segunda Guerra Mundial que este segmento da economia evoluiu, em função dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem-estar resultante da paz no mundo.

Harvey, citado por Barreto (op.cit. 2003), explica que depois de 1945, a internacionalização da economia no mundo, por meios dos investimentos dos Estados Unidos na Europa, através, sobretudo do Plano Marshall, assim como a generalização do Fordismo como sistema de produção, trouxeram a formação de mercados de consumo de massas globais, incrementando uma série de atividades internacionais, dentre elas o sistema bancário e o turismo.

O turismo expandiu-se pelo mundo inteiro a partir da segunda metade do século XX com o crescimento do número de agências de viagens, em consequência da expansão das companhias aéreas, que não tinham capacidade para colocar suas próprias filiais e preferiam dar a venda de passagens a varejistas. Nos anos 50 e 60, estas empresas vendiam 75% de passagens aéreas. No Brasil, o turismo como fenômeno social começou depois de 1920, mas diferentemente do que aconteceu na Europa, onde o turismo iniciou com cunho de aventura e educacional, aqui surgiu vinculado exclusivamente ao lazer. A partir de 1950, grandes contingentes populacionais passaram a viajar, iniciando o turismo de massa, apesar de nunca alcançar uma grande parcela da população brasileira, segundo Barretto (**op.cit.**, 2003).

O turismo é formado por um amplo e diversificado conjunto de atividades econômicas com importância destacada no setor de serviços, na indústria e no comércio. De acordo com Santos (**op. cit.**, 1999), falar em indústria turística é restringir o turismo às atividades relacionadas com a transformação do ambiente e da paisagem. Há uma indústria vinculada ao turismo assim como serviços a ele ligados. Existem, portanto, bens e serviços turísticos. Tanto um quanto outro exercem, na economia, um efeito multiplicador, gerando empregos, impostos e originando uma rede de serviços de apoio das mais variadas áreas que movimentam recursos materiais e humanos. É por esse efeito multiplicador que o turismo é visto como um grande investimento.

Muitos consideram a atividade turística como a “indústria sem chaminés”, ambientalmente correta, onde seu desenvolvimento não traz prejuízos ambientais, podendo ser considerada como a saída para o desenvolvimento sustentável. Infelizmente esta não é uma verdade absoluta. O turismo pode sim representar a possibilidade de desenvolvimento sustentável, mas para isso é fundamental que haja planejamento em sua implantação e monitoramento constante das características originais da região onde está se desenvolvendo a atividade, atentando para os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Segundo Dias (2003), assim como qualquer outra atividade econômica, o turismo apresenta aspectos positivos e negativos, que devem ser avaliados constantemente em função de sua intensa dinâmica e capacidade de estar em constante mutação. Segue explicando que um destino turístico pode ter um *boom* de procura de um momento para o outro, mas também pode entrar em colapso na mesma proporção.

Salvatti (2003) evidencia através de um quadro os benefícios e as desvantagens do turismo (Quadro 01). A identificação das vantagens e desvantagens trazidas pelo desenvolvimento da atividade turística em determinada localidade, ajuda na definição de políticas e ações que visem a sustentabilidade da atividade e do local.

Quadro 01 - Benefícios e Desvantagens que podem surgir com o Turismo

Benefícios Econômicos	Desvantagens econômicas
<ul style="list-style-type: none"> • Ajuda a diversificar e estabilizar a economia local; • Gera impostos e traz dinheiro novo para a comunidade; • Gera empregos e oportunidades comerciais 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de serviços públicos que são mantidos pelos contribuintes locais, excedendo seus custos; • Pode gerar fuga de capitais; • Custos operacionais para pesquisa, promoção etc; • Exige a capacitação dos envolvidos.
Benefícios Sociais	Desvantagens Sociais
<ul style="list-style-type: none"> • A renda gerada pelo turismo ajuda a financiar serviços e estabelecimentos públicos (estradas públicas, energia comunicação, saúde e segurança) • Incentiva a participação cívica e o orgulho pela comunidade e suas manifestações culturais; • Proporciona o resgate e o intercâmbio cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atrai visitantes com comportamento conflitante com o da comunidade local e seus padrões culturais; • Pode criar tumulto e poluição em vários níveis e congestionamento; • Aumento dos índices de criminalidade e marginalidade; • Conflito entre os que querem e os que são contra o seu desenvolvimento.
Benefícios Ambientais	Desvantagens Ambientais
<ul style="list-style-type: none"> • Incentiva a preservação de recursos naturais, culturais e históricos; • Estimula a revitalização e embelezamento paisagístico; • Contribui para a sustentabilidade de áreas protegidas; • Educa para a conservação da natureza. 	<ul style="list-style-type: none"> • De forma desordenada ou sem critérios pode degradar a qualidade de importantes recursos naturais e históricos; • Pode aumentar a incidência de lixo, barulho e poluição do ar; • O sucesso econômico pode aumentar a pressão sobre os recursos naturais.

Fonte: SALVATTI, 2003.

Ruschmann (2001), explica que o turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza, pois vem existindo uma busca por tranqüilidade, uma fuga do *stress* urbano por pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em ambientes naturais. Junto com essa busca por tranqüilidade vem se desenvolvendo uma forma de turismo diferente do modelo conhecido como “sol e praia”. Tal mudança é explicada por Dias (**op.cit.** 2003) como fruto de uma mudança de valores e hábitos, onde as pessoas buscam melhorar a qualidade de vida, procurando ambientes saudáveis emoldurados por natureza exuberante.

Na linha do turismo alternativo encontram-se atividades que tem como principal elemento os recursos naturais conservados, como: ecoturismo, turismo de aventura, agroturismo, montanhismo, dentre outras.

As características geográficas, culturais e históricas de um país ou região são, conceitualmente os três principais fatores que determinam a potencialidade turística de um local, entretanto a exploração turística desses fatores só ocorre quando são oferecidas condições mínimas de infra-estrutura e de equipamentos.

O turismo ocorre com grande impacto nas regiões litorâneas, em particular em torno do Mediterrâneo e nos trópicos, destacando-se neste último o Caribe e o Nordeste brasileiro (SANTOS, **op.cit.** 1999).

No Brasil, o nordeste ocupa um espaço privilegiado, conferindo-lhe vantagens comparativas extraordinárias para o desenvolvimento do turismo. São 2500 Km de faixa litorânea, com praias de águas mornas, que aliadas ao clima quente, com temperaturas variando entre 26 e 30°C praticamente o ano inteiro, fazem da região um paraíso tropical não encontrado em outras regiões brasileiras.

Possuidor de todas as características, uma vez que se localiza na região nordeste, a região estudada utiliza suas potencialidades turísticas buscando alternativas para o desenvolvimento regional.

1.1. Área de Proteção Ambiental

Segundo Moraes (2004), o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, define Área de Proteção Ambiental – APA como sendo uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, composta de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas.

Este modelo de Unidade de Conservação – UC, de Uso Sustentável, possibilita atividades humanas em áreas consideradas pelo Estado passíveis de conservação, conciliando o desenvolvimento da região a sua conservação e preservação ambiental, norteando as políticas municipais, definindo qual a densidade demográfica em sua área rural e urbana, nessa última inclusive traçando normas específicas na sua área de expansão, construções e edificações.

Cabral (2002) explica que a criação de uma APA pressupõe a identificação de atributos ou fatores ambientais fragilizados e que precisam de mecanismos de conservação. Contudo, este instrumento não é suficiente para controlar o processo de degradação iniciado, necessitando exercer nestas áreas um conjunto de ações de planejamento e gestão ambiental.

De acordo com Moraes (**op.cit.**, 2004), as APA's foram criadas pela lei de nº 6.902/81 que permite ao Poder Executivo definir como área de interesse para a proteção ambiental certas porções do território, estabelecendo normas e limitações que proíbem: a implementação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água; a realização de terraplanagem e a abertura de canais, quando estes alterarem as condições ecológicas locais; o exercício de atividades que são capazes de provocar uma acelerada erosão de terras ou que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional. Neste modelo de UC a propriedade das terras, geralmente, permanece nas mãos de particulares.

Pádua (2001), esclarece que as APAs facilitam o estabelecimento de corredores ecológicos, proporcionando a conectividade de fragmentos e evitando o isolamento.

Em função de não ser necessária desapropriação das terras, e desta forma não gerando grandes custos aos cofres públicos, o número de APAs tem crescido significativamente, sobretudo na Bahia (Quadro 02).

Quadro 02: Áreas de Proteção Ambiental estaduais na Bahia, 2003

Nome	Área/ha	Bioma
Mangue Seco	3.395	Mata Atlântica
Litoral Norte	142.000	Mata Atlântica
Lagoa Guarajuba	230	Mata Atlântica
Rio Capivara	1.800	Mata Atlântica
Joanes – Ipitanga	64.463	Mata Atlântica
Lagoas e Dunas do Abaeté	1.800	Mata Atlântica
Plataforma Continental do Litoral Norte	362.266	Mata Atlântica
Lago de Pedra do Cavalo	30.156	Caatinga
Baía de Todos os Santos	80.000	Mata Atlântica
Bacia do Cobre / São Bartolomeu	1.134	Mata Atlântica
Guaibim	2.000	Mata Atlântica
Tinharé/Boipeba	43.300	Mata Atlântica
Pratigi	85.686	Mata Atlântica
Costa de Itacaré/ Serra Grande	14.925	Mata Atlântica
Lagoa Encantada e Rio Almada	11.800	Mata Atlântica
Santo Antônio	23.000	Mata Atlântica
Coroa Vermelha	31.900	Mata Atlântica
Caraíva/Trancoso	34.600	Mata Atlântica
Baía de Camamu	118.000	Mata Atlântica / Mangues e Restinga
Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	230.296	Mata Atlântica
Serra do Barbado	63.652	Cerrado
Marimbus/Iraquara	63.652	Caatinga
Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho	11.900	Caatinga
Bacia do Rio de Janeiro	351.300	Cerrado
Lagoa Itaparica	78.450	Caatinga
Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco	1.085.000	Caatinga
Serra Branca / Raso da Catarina	67.234	Caatinga

Fonte: SEI, 2003.

Pádua (**op.cit.**, 2001), explica que basta o governante assinar um decreto e sua imagem de governo que se preocupa com a conservação da biodiversidade está feita, sem que efetivamente tenha ocorrido melhorias ambientais na região.

1.2. Área de Estudo

A APA de Itacaré e Serra Grande, foi criada em 07/06/1993 através do Decreto Estadual n.º 2.186, localiza-se ao Norte da Costa do Cacau, ocupando uma faixa litorânea de 28 km de extensão, com uma área total de 62.960 ha e abrangendo os municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré. Criada com o objetivo de Proteger os remanescentes da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, garantindo desta forma a manutenção da biodiversidade e potencializando a atividade turística, valorizada ainda pela presença de falésias rochosas e um litoral exponencialmente belo SEMARH (2005).

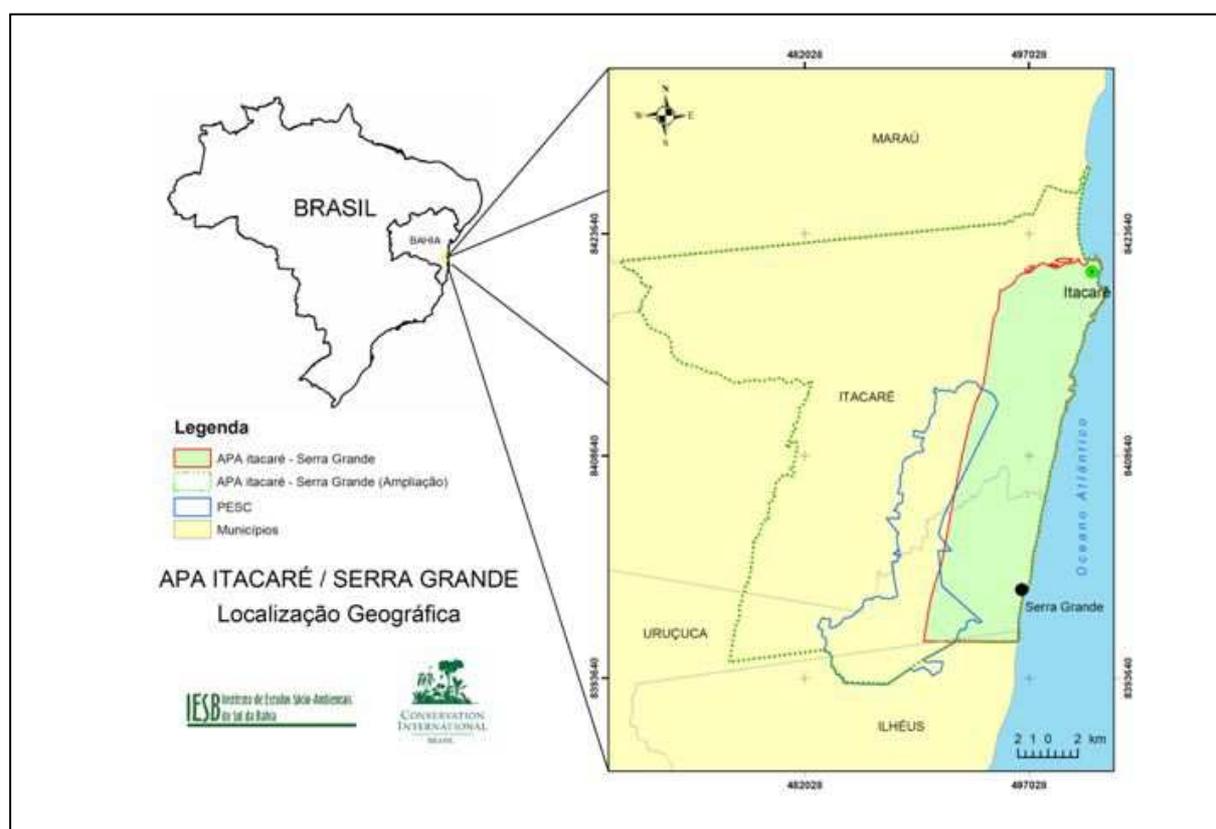


Figura 01: Mapa de Localização da Apa Itacaré Serra Grande

Fonte: Base de Dados IESB, 2004.

Atendendo as exigências do chamado turismo alternativo, a APA Itacaré / Serra Grande vem despontando como um dos mais atraentes destinos do país. A região apresenta seu ambiente natural ainda conservado, com importantes mássicos florestais, que em algumas partes chegam até o mar, incluindo rios e praias

despoluídas, beleza cênica, um parque estadual dentre outros atrativos (Figuras 02 e 03).



Figura 02: Foz do rio Jeribucaçú, onde a floresta alcança o mar

Fonte: Base de dados IESB, 2004.



Figura 03: Exemplo de beleza cênica da APA

Fonte: Base de dados IESB, 2004.

A região denominada Costa do Cacau na qual APA objeto deste estudo está inserida, tem se voltado para a atividade turística que cada vez mais se projeta como uma nova alternativa para promover o desenvolvimento, consorciando-se gradativamente com a cacauicultura. Assim, tem-se procurado um novo vetor econômico desvinculado da atividade cacauera, que possa aproveitar todo o potencial cênico, histórico, ambiental e a estrutura colocada a disposição para a população.

Pellegrini Filho (2000) explica que a tendência da humanidade é a de se concentrar nas grandes cidades, o que torna esses núcleos humanos muitas vezes fonte de violência e neuroses urbanas. Dado esse quadro, o lazer é necessário, mas não suficiente. O turismo, permitindo ao indivíduo que se distancie de seu meio e de seu cotidiano, torna-se cada vez mais uma necessidade para o bem estar humano.

Assim, as peculiaridades locais da APA com suas potencialidades cênica e relevante nível de conservação do seu meio biótico e abiótico passa a ser um atrativo para os cidadãos vindos de centros urbanos, metropolitanos e até regionais que buscam momentos lúdicos fora do cotidiano estressante imposto pelo *modus vivendi* cotidiano.

Nesse sentido, o turismo é um fenômeno socioeconômico que funciona como instrumento importantíssimo para o desenvolvimento da sociedade, sobre tudo pelo fluxo de pessoas que a atividade turística possibilita e por sua ampla distribuição geográfica.

Apesar de pertencer a dois municípios e de não ser uma área com perfil uniforme, a APA Itacaré Serra Grande é essencialmente, uma unidade, uma área bem caracterizada, no que diz respeito aos seus aspectos fisiográficos e sociais e distinta nos aspectos político-administrativo.

Os municípios de Itacaré e Uruçuca com uma área de 732,9 km² e 338,9 km², possuem uma população de 18.120 e 20.323 pessoas respectivamente, com

maior concentração urbana para o município de Uruçuca e rural para Itacaré, (Tabela 01).

Tabela 01: População dos municípios de Itacaré e Uruçuca, 2000

Municípios	População	Urbana		Rural	
	Total	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Itacaré	18.120	4.036	3.915	5.578	4.591
Uruçuca	20.323	6.917	7.241	3.434	2.731

Fonte: Dados da SEI, 2000.

Estas diferenças político-administrativas envolvem competências em gestão territorial, mas a APA não deve ser encarada de forma diferenciada. Pelo contrário, a APA representa o fator de unidade de integração entre os municípios de Uruçuca e Itacaré, porém, é necessário considerar os aspectos político-administrativo, sobretudo em termos municipais, tendo significativa influência à realidade interna dos municípios, uma vez traçadas as diretrizes, programas e ações específicas dos municípios.

2. Metodologia

Visando um melhor entendimento sobre a influência do turismo na Apa Itacaré Serra Grande, utilizou-se dois métodos de análise.

2.1. Métodos de Análise

O primeiro tratou-se de uma pesquisa exploratória na modalidade estudo de caso, onde se utilizou como ferramenta de pesquisa a entrevista semi-estruturada. Segundo Dencker (1998) este tipo de pesquisa permite o conhecimento em profundidade dos processos e relações sociais, possibilita grande flexibilidade, mas não permite a generalização dos resultados, ainda que para o autor o objeto do estudo de caso possa ser um indivíduo, um grupo, uma organização, um conjunto de organizações ou até mesmo uma situação.

Como afirma Dencker (*op. cit.*1998, p. 138).

“A entrevista é especialmente indicada para o levantamento de experiências. (...) É especialmente relevante (...) que sejam incluídas pessoas com experiências variadas, de modo a permitir um levantamento de informações a partir de diversos pontos de vista”.

O segundo foi o Método Estatístico Descritivo, aplicado conjuntamente com o primeiro e teve como propósito coletar, apresentar, descrever e analisar os aspectos dos acontecimentos que passam ser tomados em formas mensuráveis.

2.1. Obtenção dos Dados

Para a pesquisa exploratória, os dados foram levantados através de entrevistas semi-estruturadas, possibilitando uma maior interação, deixando os entrevistados mais à vontade para falar de forma espontânea e coloquial. Este método favorece uma interpretação mais complexa, pois permite identificar pontos de vista que não são colocados pelos entrevistados no caso de questionários, e até mesmo com entrevista estruturada sob a forma de perguntas fechadas. As entrevistas foram desenvolvidas indutivamente onde se observou a relação dos agentes sociais envolvidos direta ou indiretamente com a atividade turística. Dentre os agentes sociais destacam-se presidentes de instituições e associações comunitárias, donos e gerentes de pousadas, agências de passeios e esportes ligados ao turismo, cabaneiros de praia, guias e artesãos.

Já para o método estatístico descritivo os dados foram obtidos através de entrevistas com preenchimento de formulários. Segundo Munhoz (1989) a coleta de informações através do desenvolvimento dos formulários constitui uma das formas preferidas, já que, dentre outras vantagens, permite o levantamento de uma ampla gama de dados, garante maior grau de precisão das respostas, cria condições para que o entrevistador desenvolva o contato de forma adequada ao comportamento do entrevistado e sua disponibilidade de tempo.

3. Análise e Discussão dos Resultados

Foram entrevistados 32 representantes do conselho gestor da APA, pessoas que representam diversos segmentos da economia local, buscando envolver os principais formadores de opinião, que influenciam nas tomadas de decisões na área da APA e que tem uma ligação direta com o tema trabalhado, sendo através do contato diário com o turismo por meio de atividades comerciais ou prestação de serviços, pela participação e envolvimento com o Conselho Gestor da APA (Tabela 02).

Tabela 02: Distribuição dos envolvidos na pesquisa por segmentos

Segmento	Quantidade	%
Cabaneiro	01	3,13
Artesanato	03	9,38
ONG	03	9,38
Professores	03	9,38
Profissional liberal	04	12,50
Agencias de Passeio	04	12,50
Associações	05	15,63
Hospedagem	09	28,13
Total	32	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

Foram classificados como empreendedores da atividade turística, donos de agências de turismo, donos de pousadas e cabaneiros, representando 25% da amostra (Tabela 03). Estes acreditam que o turismo promoveu uma maior geração de renda na região estudada, favorecendo a comunidade local com o aumento do número postos de trabalho trazidos à região. Contudo, esses entrevistados acusaram os governos municipais e o estadual de negligência em problemas relacionados ao fluxo turístico, como: lixo, saneamento básico e aumento da criminalidade resultando em fuga dos turistas. Entre os empreendedores locais, 100% dos entrevistados apontam o setor turístico como sendo o maior empregador da região.

Tabela 03: Classificação dos entrevistados

Classificação	Quantidade	%
Artesões	03	9,38
Representantes do 3º setor	03	9,38
Professores	03	9,38
Profissionais liberais	04	12,50
Representantes de associações	05	15,63
Funcionários de empreendimentos turísticos	06	18,75
Empreendedores do turismo	08	25,00
Total	32	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

Para os demais entrevistados, a atividade turística, trouxe a oportunidade de trabalho, o que antes era limitado ao meio rural em trabalhos sazonais, ou seja, o denominam de trabalho por diária. Contudo, verificou-se um trabalho sem mudanças significativas no aspecto de mobilidade social, pois que essa mobilidade só aconteceria com o acesso ao processo educacional formal, o qual a maioria dos autóctones não tem acesso.

Apesar de todos os esforços envolvidos na gestão da APA, inclusive com a criação do Conselho Gestor, existem problemas instalados de ordem socioambientais, evidenciando a necessidade de maior empenho nessa unidade de conservação de uso sustentável (Tabela 04).

Tabela 04: Principais problemas apresentados pelos entrevistados

Problemas	Quantidade	%
Acumulação de capital	01	3,85
Emprego	01	3,85
Saneamento básico	03	11,54
Degradação ambiental	04	15,38
Lixo	04	15,38
Ocupação desordenada do solo	04	15,38
Segurança	05	19,23
Fiscalização ambiental	06	23,08
Administração pública	08	30,77
Total	32	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

A ingerência pública foi à problemática mais lembrada (30,77%), contudo, vale ressaltar que os demais problemas apresentados, bem como outros não

citados, são decorrentes, direta ou indiretamente da ausência de gestão pública, e em muitos casos podem ser percebidos sem muito esforço por qualquer pessoa, como por exemplo a ocupação desordenada do solo, o lixo, a falta de saneamento básico e a degradação ambiental, como ilustrado nas Figuras 04 e 05 a seguir.



Figura 04: Construções de moradias em área de encosta com vegetação nativa

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.



Figura 05: Expansão da área urbana de Itacaré

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

Sobre o papel da iniciativa privada, nota-se um comportamento variado, com alguns empresários declarando contribuir para a organização da APA. No entanto, todos admitiram que sua gestão deve estar sintonizada com os poderes públicos, o que causa entraves a maioria das decisões na APA.

A opinião de alguns entrevistados empreendedores é que a iniciativa privada vem para onde é possível um retorno financeiro e por isso, é preciso criar incentivos para a sua atração.

A atividade turística tem atraído muitas pessoas de outros lugares para investir e trabalhar na APA, mas precisamente na área urbana de Itacaré. Isto tem proporcionado a mudança no comportamento regional, com pessoas de fora chegando a assumir postos-chaves na sociedade, incorporando valores e, às vezes, até mesmo descaracterizando a cultura local. Em linhas gerais, os entrevistados tanto empreendedores, quanto os demais envolvidos no turismo revelam que o turismo melhora a estrutura e a oferta de serviços.

As opiniões dos entrevistados em relação à atividade turística na APA, convergem no que diz respeito à melhoria em infra-estrutura, oferta de serviços e conseqüente geração de renda.



Figura 06: Emissão de esgoto a céu aberto em local

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.



Figura 07: Lixo depositado de maneira irregular em local com grande potencialidade paisagística

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

O que caracteriza o processo da atividade turística como devoradora de paisagens em grande parte da APA é a falta de planejamento e ausência nas tomadas de decisões dos órgãos responsáveis pela gestão político-administrativo municipal na APA. Assim é comum ver esgoto ao céu aberto e lixo em locais com forte apelo turístico.

A APA apresenta infra-estrutura pouco desenvolvida no tocante ao planejamento de seu uso. Ao Norte, onde se localiza a cidade de Itacaré, tem ocorrido sérios problemas com a expansão desordenada de sua área urbana, enquanto ao Sul onde se localiza distrito de Serra-Grande no município de Uruçuca, verificou-se um mau aproveitamento das potencialidades cênicas da paisagem proporcionadas pela Serra Grande, não se justificando a concentração desordenada em Itacaré.

O crescimento da atividade turística na APA fez com que aumentasse a especulação imobiliária, inflacionando o valor da terra naquela área, influenciando diretamente o êxodo rural, pois boa parte dos produtores rurais, sem muitas opções de uso em função do zoneamento e atraídos pelas ofertas de compra vendem suas propriedades e acabam migrando para a zona urbana.

Existem trabalhos sendo desenvolvidos na APA a fim de promover o turismo como alternativa ao desenvolvimento que tem trazido resultados significativos acerca da tomada de decisões, como reuniões periódicas em forma de gestão participativa que envolvendo membros da sociedade civil organizada, membros da iniciativa privada e do setor público com a finalidade de gerir a APA. Porém, mudanças decorrentes do turismo em massa ocorrem em velocidade espantosa afetando a população local da APA, que carece de maior articulação e celeridade para antever e solucionar problemas como: resgate cultural por meio da educação, treinamento para melhor recepção dos turistas, contenção da expansão urbana e a postura de se visualizar o turismo como uma alternativa para o desenvolvimento e não a saída milagrosa para resolução de anseios da sociedade como um todo.

4. Conclusão

É notória a importância econômica do turismo para APA Itacaré Serra Grande, pois tal atividade tem contribuído para a superação da crise econômica que se abateu sobre a região cacauieira. Além do mais, o turismo ajusta-se bem com a realidade da região, pois se trata de uma área extremamente importante do ponto de vista ambiental, em função disso transformada em Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Contudo, a transformação da região em importante destino turístico, pelos diferentes atrativos turísticos e uma beleza cênica como poucas no Brasil, sem um devido planejamento de uso tem contribuído com uma série de problemas de ordem socioambiental, tais como: aumento do volume de lixo, ocupação desordenada do solo, problemas de saneamento básico, degradação ambiental, dentre outros.

Percebe-se que é da maior importância que trabalhos que busquem a conciliação entre a expansão do turismo e a conservação das riquezas sociais, culturais e ambientais, promovendo com isso um desenvolvimento sustentável de fato sejam desenvolvidos e incentivados, tanto pelos órgãos públicos, pelo setor turístico, bem como pela sociedade civil organizada.

Espera-se que este trabalho traga aos envolvidos e comprometidos com o crescimento e o desenvolvimento sustentável da APA Itacaré Serra Grande elementos que estimulem a reflexão sobre a importância de um melhor planejamento das ações bem como da natureza do turismo praticado na atualidade e a discussão conjunta de uma proposta de modelo ideal.

5. Referência Bibliográfica

BAHIA. Secretaria da cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. Roteiros Ecoturístico da Bahia Costa do Cacau. – Salvador – BA: A Secretaria, 2000.

BARRETTO, Margarita. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. 13ª ed. Ver. e atual. Campinas – SP: Papyrus, 2003.

BENEVIDES, Ireleno Porto. Para uma Agenda de Discussão do Turismo Como Fator de Desenvolvimento Local. In RODRIGUES, Adyr Balastrari. Realização Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1 a 4 de maio de 1997.

BENI, Mário Carlos. Política e Estratégia de Desenvolvimento Regional. Planejamento Integrado do Turismo. In RODRIGUES, Adyr Balastrari. (org.) Turismo Desenvolvimento Local. São Paulo:Hucitec,1997 Realização Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1 a 4 de maio de 1997.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do Turismo. São Paulo, Senac 1998.

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião. Área de Proteção Ambiental: Planejamento e gestão de paisagens protegidas. São Carlos – SP: RIMA 2002.

CARLOS, Ana Fany Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo, Turismo Sustentável e Meio Ambiente. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

HARVEY, David. Condição Pós Moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

In. Base de Dados do IESB – Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia. Ilhéus: 2000.

MORAES, Marília Brito Rodrigues de. Área de Proteção Ambiental – APA como agencia de desenvolvimento sustentável: APA Cananéia – Iguape – Peruíbe / SP. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia aplicada – Técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Área de Proteção Ambiental. In: BENJAMIN, Antônio Herman. Direito Ambiental das Áreas Protegidas. Rio de Janeiro – RJ: Forense Universitária, 2001.

PELLEGRINI FILHO, Américo. Dicionário Enciclopédico de Ecologia e Turismo. 1ed. São Paulo: Manoele Ltda, 2000.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. Turismo e Planejamento Sustentável: a Proteção do Meio Ambiente. Capinas – SP: Papyrus, 2001.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. <http://www.ba.gov.br/sei>, acesso em 10 junho de 2005.

SEMARH – Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Disponível em <http://www.ba.gov.br/semarh> , acesso em 10 junho de 2005.

SALVATI, Sérgio Salazar. Planejamento do Ecoturismo. In MITRAUD, Sylvia. (org.) Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: Ferramentas para um Planejamento Responsável. Brasília – DF: WWF – Brasil, 2003.

SANTOS, Marta Costa dos. Análise das Dificuldades Encontradas pelos Agentes Receptivos de Turismo do Município de Ilhéus, na Venda do Distino Ilhéus. Monografia de graduação. Curso de Ciências Econômicas, UESC, Ilhéus – Ba: 1999.

SILVA, Vinícius de Amorim Silva & SOUZA Élder Pedreira de Souza. Turismo e Desenvolvimento Regional no bairro do Pontal em Ilhéus, Bahia. Monografia de graduação. Curso de Geografia, UESC, Ilhéus – Ba: 2001.

CAPÍTULO 3

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS COMO MECANISMO DE APOIO À CONSERVAÇÃO NA APA ITACARÉ SERRA GRANDE⁴

⁴ Artigo a ser ajustado para submissão ao Comitê Editorial do periódico científico: Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural.

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS COMO MECANISMO DE APOIO À CONSERVAÇÃO NA APA ITACARÉ SERRA GRANDE

Resumo: Dentre as estratégias de conservação adotadas encontram-se os mecanismos de política ambiental, a exemplos das Unidades de Conservação e os instrumentos de Comando e Controle. Este trabalho aborda, além dos citados acima, os Instrumentos Econômicos, que são cada vez mais aplicados no Brasil. É analisada a aceitação do pagamento de uma taxa pelo setor turístico da APA Itacaré Serra Grande, visando a conservação da biodiversidade.

Palavras chaves: Política Ambiental, Instrumentos Econômicos, Unidade de Conservação, Desenvolvimento Ambiental.

ECONOMIC TOOLS AS A SUPPORTING MECHANISM FOR THE CONSERVATION OF THE AREA OF ENVIRONMENTAL PROTECTION (AEP)

Abstract: Among the strategies of conservation adopted here, we have the mechanisms of environmental policy, such as the units of conservation and the tools of command and control. This work deals not only with the units and the tools above mentioned but also with the economic tools, which are more and more applied in Brazil. It is analyzed the acceptance of the payment of a tax by the tourist sector of the Area of Environmental Protection Itacaré Serra Grande, taking into account the growing need for the conservation of biodiversity.

Key words: environmental policy, economic tools, unit of conservation, environmental development.

1. Introdução

Buscando conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a sustentabilidade ambiental foram criados espaços territoriais, denominados Área de Proteção Ambiental – APA, que compatibilizam e ordenam o crescimento regional considerando os aspectos ambientais.

O art. 15. da Lei do SNUC, nº 9.985, da Constituição Federal , que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de 18 de julho de 2000, define Área de Proteção Ambiental da seguinte forma:

“... uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

§ 1o A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2o Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3o As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4o Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5o A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.”

Esta Lei determina que Unidades de Conservação em forma de APA caracterizem-se como de uso sustentável dos recursos naturais, onde a propriedade privada pode predominar, não sendo retirado, desta forma o direito de propriedade. Contudo, são estabelecidas normas e limites, através de zoneamentos, que regulamentam o direito de uso e aplicação das áreas dentro dos limites de uma APA.

Entretanto Pádua (*op.cit.*, 2001) explica que a efetividade das APAs está diretamente relacionada com o grau de conscientização e da disposição dos proprietários das terras em aceitar as restrições de uso impostas pelos zoneamentos, além das já estabelecidas pela legislação orgânica em vigor que vale para todos os brasileiros.

Desta forma fica claro que se não houver algum tipo de incentivo aos donos das propriedades, onde se encontram os remanescentes florestais, é provável que ocorra alteração na paisagem com a possível conversão das áreas de floresta, sobretudo em APAs onde a fiscalização é mais ineficiente.

1.1. A APA Itacaré Serra Grande

A APA Itacaré Serra Grande foi criada em 07/06/1993 através do Decreto Estadual n.º 2.186, localizando-se ao Norte da Costa do Cacau, ocupando uma faixa litorânea de 28 km de extensão, com uma área total de 62.960 ha e abrangendo os municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itacaré, segundo dados da SEMARH.

Atendendo às especificações da legislação que regulamenta esse tipo de unidade de conservação, a APA em questão está zoneada da seguinte forma: ZPVS (zona de preservação da vida silvestre); ZPP (zona de preservação permanente); ZPR (zona de proteção rigorosa); ZAF (zona agroflorestais); ZPV (zona de proteção visual); ZOM (zona de orla marítima); ZT I (zona turística – I); ZT II (zona turística – II); ZTE (zona turística especial); ZUD (zona de uso diversificado); ZAG (zona de agricultura); ZOC (zona de ocupação controlada); ZVT (zona de vila turística); ZOR

(zona de ocupação refeita); ZEP (zona de expansão prioritária), e; NUC (núcleo urbano consolidado).

A APA Itacaré Serra Grande, apesar da pressão antrópica que vem sofrendo nos últimos anos, é uma área que ainda conserva sua formação florestal. Segundo análise do Instituto de Estudos Sociambientais do Sul da Bahia – IESB, a partir da interpretação de fotografias aéreas de pequeno formato (10 x 15cm) do ano de 2002, na escala 1:25.000, 59,7% da área desta UC encontra-se florestada, sendo 30,6% como floresta ombrófila⁵ densa e 29,1% em vegetação secundária⁶, e 31,9% está sob a forma de pastagem e agricultura (Tabela 01). Esta realidade é nitidamente visualizada na Figura 01.

Tabela 01: Proporção da vegetação na APA Itacaré Serra Grande

Vegetação	Área	
	%	ha
Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas	30,6	4567,00
Vegetação Secundária	29,1	4343,00
Pastagens e Cultivos Cíclicos	26,8	4000,00
Agricultura	5,1	761,00
Formação Pioneira com Influência Marinha	2,2	328,00
Formação Pioneira com Influência Flunio marinha	1,2	179,00
Formação Pioneira com Influência Fluvial e/ ou Lacustre	1,0	149,00
Zona Urbana	2,3	343,00
Lagos e Represas	1,7	255,00
Total	100,0	14.925,00

Fonte: IESB, 2004.

⁵ Esta formação cobre os terrenos quaternários, em geral situados pouco acima do nível do mar, e ocorre desde a Amazônia, estendendo-se através de todo o Nordeste, até as proximidades do rio São João, no Estado do Rio de Janeiro. Estes tabuleiros apresentam florística típica caracterizada por ecótipos dos gêneros *Ficus*, *Alchornea* e *Tabebuia*. Na região essas áreas apresentam fragmentos florestais com baixa antropização ou que permanecem em seu estado mais primário.

⁶ Áreas com vegetação em regeneração, apresenta dossel entre 5 a 15 metros de altura aproximadamente, comumente chamadas de “capoeira”. Em geral essas áreas sofreram em épocas anteriores forte alteração em sua estrutura com derruba total da vegetação. Tem características eminentemente lenhosas, com dominância de determinadas espécies arbóreas pioneiras, apresentando algumas espécies emergentes.

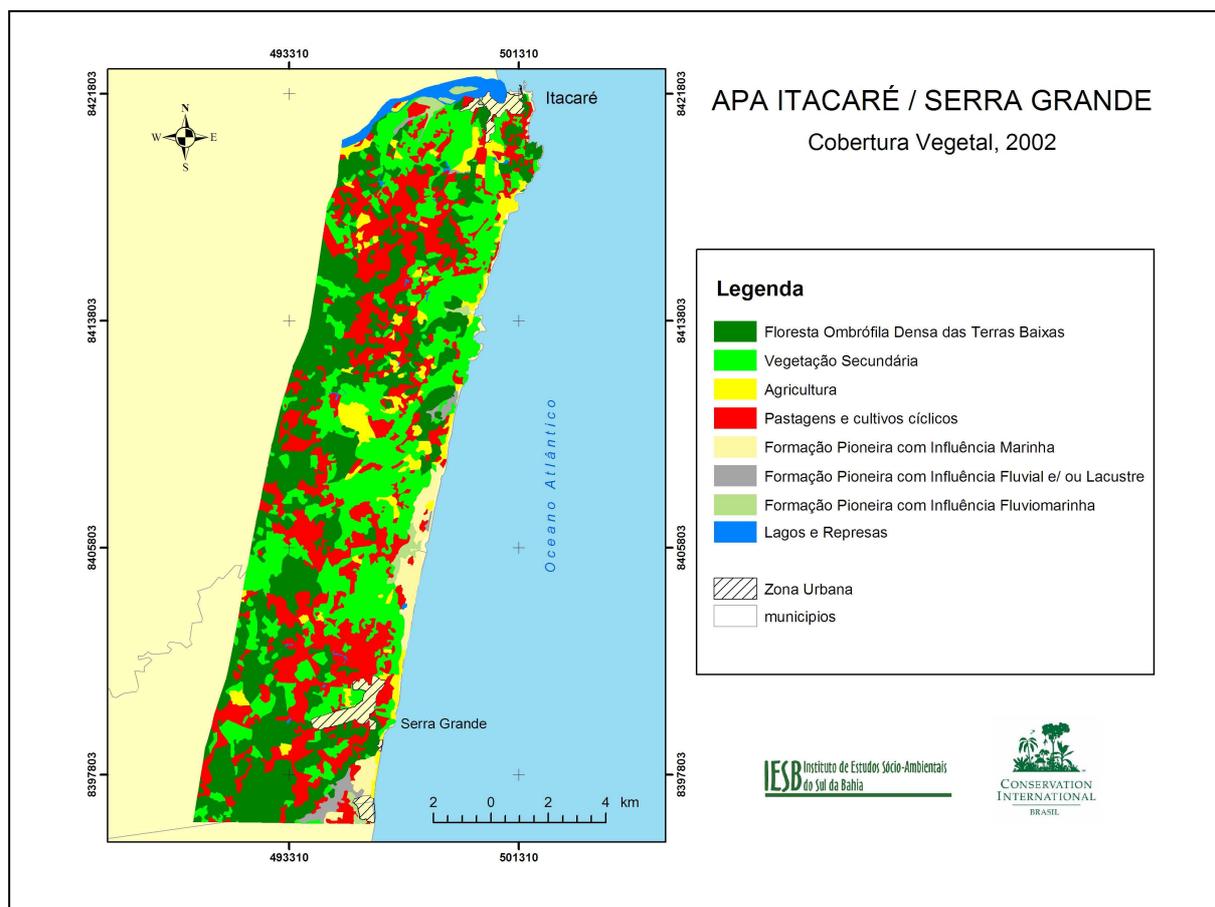


Figura 01: Uso e ocupação do solo

Fonte: IESB, 2004.

A conservação da cobertura florestal, bem como toda a riqueza biológica que nela se abriga, é fruto das dificuldades de acesso à região que vivia praticamente isolada, pois era ligada a Ilhéus e a BR-101 por estradas vicinais mal conservadas e intransitáveis, principalmente em períodos chuvosos.

Hoje esta região se encontra ligada às principais portas de entrada do sul da Bahia, que são: o aeroporto, o porto e a rodoviária de Ilhéus devido à pavimentação da rodovia de acesso (BA 001), concluída no final de 1997, ligando o município de Itacaré ao município de Ilhéus.

A pavimentação da estrada BA 001 que liga a cidade de Itacaré a sede do município de Ilhéus, representou uma ameaça à integridade do patrimônio natural,

principalmente do trecho entre a vila de Serra Grande e a sede do município de Itacaré. Em uma tentativa de minimizar este risco foi criada a APA de Itacaré Serra Grande que em seu zoneamento trouxe uma série de restrições de uso e ocupação do solo. Contudo a criação da APA não veio acompanhada de uma estrutura que garantisse o cumprimento das normas estabelecidas pelo zoneamento.

Uma das conseqüências direta dessa nova ligação foi o desenvolvimento do turismo. Em 1992 no município de Itacaré existiam cinco pousadas e dois campings. Hoje neste mesmo município existem cinco hotéis e 74 pousadas e oito campings (Tabela 02).

Tabela 02: Evolução do número de estabelecimentos de hospedagem por categoria no município de Itacaré.

Ano	Hotéis	Pousadas	Camping	Total
1992	0	5	2	7
2003	5	74	8	87

Fonte: Prefeitura Municipal de Itacaré, 2002.

Um estudo realizado pela Superintendência de Desenvolvimento do Turismo (2000), revela que grande parte dos turistas que visitam o município de Itacaré é atraída pelos atrativos naturais ainda conservados nesta região.

O cumprimento das normas estabelecidas a partir do zoneamento permitirá a manutenção e restauração dos fragmentos florestais garantindo com isso a beleza cênica existente. Este fato favorece um segmento importantíssimo da economia local, o turismo, ao mesmo tempo em que inibe o setor agropecuário, devido às restrições estabelecidas pelo zoneamento.

Estes dois municípios têm uma relação forte com as atividades desenvolvidas na zona rural. Existem 1.203 imóveis rurais no município de Itacaré somando um total de 51.080 hectares e 471 em Uruçuca com um total de 27.677 hectares (SEI, 2000). Cacau, coco, banana, seringa e mandioca são as principais culturas plantadas nos dois municípios, Tabelas 03 e 04.

Tabela 03: Área plantada e colhida das principais culturas agrícolas em Itacaré.

Culturas	Área plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade produzida
Cacau	15.337	15.337	675 (t)
Coco	815	480	1481 (mil frutos)
Banana	25	25	26 (cachos/ha)
Seringa	50	48	12 (t)
Mandioca	8	8	128 (t)

Fonte: Dados da SEI, 2000.

Tabela 04: Área plantada e colhida das principais culturas agrícolas em Uruçuca.

Culturas	Área plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade produzida
Cacau	20.000	19.887	2.079 (t)
Coco	102	42	220 (mil frutos)
Banana	32	32	34 (cachos/ha)
Seringueira	320	304	230 (t)
Mandioca	53	53	742 (t)

Fonte: Dados da SEI, 2000.

A região em questão é composta basicamente por imóveis rurais com título de propriedade, sendo que 72,6% das propriedades amostradas são tituladas, estando as demais como posse do Estado conforme pode ser visto na Tabela 05.

Tabela 05: Propriedade com título de posse

Titularidade	Quantidade	%
Terra titulada	106	72,6
Terra do Estado	40	27,4

Fonte: Marques & Santos, 2004.

Os municípios de Itacaré e Uruçuca compõem a microrregião Ilhéus – Itabuna. Segundo Souza (2000), a estrutura fundiária desta microrregião é caracterizada por uma maioria de propriedades com até 85 hectares e com relativamente poucas fazendas superando a marca de 1.000 hectares.

Os dados coletados mostram que a estrutura fundiária da APA não foge da realidade de sua microrregião, pois 66,44% das propriedades abordadas estão no intervalo entre 10 e 50 hectares, 14,38% com até 10 hectares, 6,16% maior que 50 e indo a 100 hectares, 10,96% entre 100 e 500ha e apenas 2,05% acima de 500 indo à 2000ha, (Tabela 06).

Tabela 06: Dimensão das propriedades na APA por intervalos

Intervalos (ha)	Quantidade	%
1 -10	21	14,38
10 > - 50	97	66,44
50 > - 100	9	6,16
100 > - 500	16	10,96
500 > - 2000	3	2,05

Fonte: Marques & Santos, 2004.

A análise da tabela acima leva a uma interpretação de que nessa região a terra é bem distribuída, o que de certa forma pode colaborar para a fragmentação das florestas caso ocorra uma má ordenação do solo, pois em parcelas menores e sem uma tecnologia de baixo impacto precisa-se de mais áreas abertas para os cultivos.

2. Instrumentos de Política Ambiental

Uma política pública ambiental determina decisões sobre a forma de gestão dos recursos naturais, combinando ações e compromissos dos diversos atores sociais, envolvendo as necessidades da sociedade e das atividades econômicas com a preservação ou conservação da natureza.

Gerston (1997), citado por Mota (2001), explica que na formulação de uma agenda de política pública ambiental alguns fatores precisam ser cuidadosamente analisados: os recursos naturais afetados; os recursos materiais, humanos e financeiros necessários; as instituições que tratam as questões desta agenda, e; as ferramentas de avaliação.

Estes fatores influenciam na determinação do tipo de instrumento de política ambiental a ser aplicado. Os instrumentos de controle usados em políticas ambientais são classificados em duas categorias principais, que são, os regulatórios e os econômicos.

Os Instrumentos regulatórios, também conhecidos como Comando e Controle, são determinados legalmente e, não dão aos agentes econômicos outras opções para solucionar o problema. Este mecanismo disciplina através de licenças, zoneamentos, normas, padrões e regulamentos. Conforme explica Varela (2001) são aplicados a fontes específicas e determinam como e onde, por exemplo, reduzir a poluição.

Formulados para funcionarem de forma complementar aos instrumentos regulatórios, os instrumentos econômicos (IE) têm caráter preventivo, pois geralmente são elaborados para direcionar o custo das externalidades para seus geradores, proporcionando o uso mais racional dos recursos naturais. Buscando, desta forma, uma melhor relação de eficiência entre as necessidades econômicas e as limitações ambientais.

Motta (1997) explica que existem dois grupos de IE, os que atuam em forma de prêmio e os que atuam na forma de preço, sendo que o primeiro funciona na forma de crédito subsidiado e de redução de impostos e o segundo como mecanismos de mercado que orientam os agentes econômicos a valorizarem os bens e serviços ambientais em função do seu grau de escassez e de seu custo de oportunidade social.

Para seu funcionamento os IEs em forma de prêmio são operados pelos órgãos de fomento governamentais, requerendo prazos e taxas mais adequados ao desenvolvimento de investimentos ambientais, sendo sua aplicação mais adequada em casos específicos de setores com impacto econômico mais significativo e que precisem de ajustes emergenciais. Os IEs na forma de preço funcionam pela formação de preço para bens ambientais, adotando o princípio do usuário pagador.

De acordo com Martins (2005), são instrumentos econômicos de gestão ambiental:

a) Tarifas de Poluição - consistem na cobrança progressiva de uma taxa pelo lançamento de poluentes, induzindo o agente poluidor a reduzir os lançamentos e/ou adotar sistemas de controle mais eficazes, já que a depuração seria mais barata do que o pagamento da tarifa;

b) Tarifas sobre Produtos - são aplicadas aos agentes poluidores responsáveis pela fabricação e/ou utilização de produtos que contenham poluentes, como enxofre nos combustíveis, pesticidas, pilhas de mercúrio ou cádmio, etc, modificando seus preços relativos e/ou induzindo à coleta e tratamento seletivos;

c) Sistemas de consignação - são sobretaxas aplicadas sobre produtos poluentes e que são devolvidas quando a poluição é evitada pelo retorno destes produtos ou resíduos. Exemplo: carcaça de carros na Noruega e Suécia;

d) Criação de Mercados Artificiais - é um instrumento que permite aos agentes poluidores com menor custo de depuração venderem suas cotas de lançamento àqueles cujos custos de depuração são mais elevados;

No Brasil, segundo Motta (**op.cit.**, 1997), os IE são mais dirigidos para a preservação de florestas e controle da poluição hídrica, Quadro 01.

Quadro 01: Aplicação de Instrumentos Econômicos no Brasil

Instrumentos	Propósitos
Cobrança pelo uso da água em bacias hidrográficas por volume e conteúdo de poluente	Financiamento de entidades de bacias hidrográficas e indução do uso racional de recursos hídricos
Tarifa de esgoto industrial baseada no conteúdo de poluentes	Recuperação de custos de estações de tratamento de esgoto
Imposto de poluição do ar e poluição hídrica	Financiamento do órgão Estadual
Compensação financeira devido à exploração dos recursos naturais	Compensar municípios e estados onde se realiza a produção
Imposto por desmatamento	Financiar projetos de reflorestamento público
Compensação fiscal por áreas protegidas	Compensar municípios por restrições de uso do solo em áreas de mananciais e de preservação florestal

Fonte: Adaptado de Motta (op. Cit., 1997).

De acordo com Mota (op.cit., 2001), as políticas públicas, cuja análise precise de IE, deve ser pautada em cinco critérios: eficácia ambiental; eficiência econômica; princípio de justiça; viabilidade institucional, e; concordância das partes.

Oliveira (2003), explica que os IEs apresentam várias vantagens, pelo menos teoricamente, tais como:

- Podem gerar recursos para o Estado e, conseqüentemente, serem usados para ajudar na capacitação institucional e na operação dos órgãos ambientais;
- Levam, teoricamente, à alocação mais eficiente de recursos econômicos agregados da sociedade, porque os agentes que tenham custos menores para reduzir farão mais redução do que aqueles com custos maiores;
- Incentivam o melhoramento tecnológico para aumentar a qualidade ambiental, já que empresas terão um incentivo permanente para reduzir seus gastos com meio ambiente, como taxas e tributos;
- Induzem os agentes econômicos à melhoria ambiental através de incentivos econômicos;

- Podem direcionar os impostos e taxas para atividades mais degradantes ambientalmente;
- São menos litigiosos, pois têm mais aceitação pelos agentes econômicos tradicionais.

2.1. Princípio do Poluidor Pagador

A Economia da Poluição lida com os recursos ambientais no seu papel de depositário de rejeitos, *outputs* indesejáveis, dos processos produtivos. Esta abordagem configura-se em um desdobramento direto da teoria neoclássica do Bem Estar (Welfare Economics) e dos Bens Públicos, originada por Pigou em 1920, e, enquanto tal, centra sua análise na divergência entre custos ou benefícios privados e sociais. Bellia (1996) explica que tal disjuntiva deriva do fato de que o bem público, definido por possuir o atributo de não-exclusividade, não tem ou não permite ter atribuídos a ele, direitos de uso exclusivo, o que vale dizer, direitos de propriedade. Por não ser de uso exclusivo, ao utilizarem o bem público em seu benefício privado, os indivíduos geram custos ou benefícios aos demais, ou seja, externalizam custos ou benefícios socialmente.

Assim, o agente privado torna-se "poluidor" devido ao caráter de bem público dos recursos naturais e permitir não internalizar em suas obrigações estes custos sociais ambientais. Com a emergência de externalidades, passando a diferirem os custos privados dos custos sociais, a quantidade efetiva (privada) de poluição torna-se superior à quantidade socialmente ótima, gerando com isso uma falha de mercado. Para que o nível socialmente "ótimo" de poluição venha a se verificar, a autoridade ambiental deverá, através de taxação, aplicar o Princípio do Poluidor Pagador.

Miranda (2005) explica que segundo a doutrina de direito ambiental, o Princípio do Poluidor Pagador (*polluter pays principle*) é aquele que obriga o poluidor a pagar pelas ações preventivas para evitar lesões ao meio ambiente, e a reparar o dano causado por sua conduta, restituindo o ambiente ao seu estado anterior. Este fato tem por objetivo imputar ao poluidor o custo social da degradação por ele

gerada, criando um mecanismo de responsabilidade pelo dano ambiental não somente sobre bens e pessoas, mas sobre toda a natureza.

O Princípio do Poluidor Pagador, portanto, deve ser aplicado de forma preventiva, evitando a prática do dano ambiental, e não apenas a sua mitigação, compensação, ou as despesas de recuperação do ambiente afetado pela ação do poluidor. Cabe ao poluidor, ou potencial poluidor, dentro do ordenamento, custear às suas próprias expensas todas as despesas decorrentes do desenvolvimento do seu projeto, não transferindo os mesmos para a sociedade. Logo, além dos eventuais estudos ou dos equipamentos de prevenção de dano, ou ainda dos mecanismos de monitoramento de sua atividade, é indiscutível, com base no Princípio do Poluidor Pagador, que todos os custos de análise de projetos de obras ou atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras dos recursos ambientais, também devem ser cobertas pelo empreendedor.

3. Metodologia

Buscando identificar a possibilidade do estabelecimento de um mercado para serviços ambientais na região da APA Itacaré Serra Grande, optou-se por realizar um levantamento, por meio do desenvolvimento de formulários, junto a um dos segmentos do turismo na região, o de hospedagem. Este setor da economia local, dentro dos Princípios do Poluidor Pagador, configura-se como sendo ideal para o estudo proposto, visto que tal ramo da atividade econômica faz uso dos recursos naturais, tanto de forma recreativa e promocional como na forma de depositário de dejetos.

Considerou-se neste trabalho os proprietários de pousadas e hotéis existentes e em funcionamento na região estudada. Trabalhou-se com uma amostra de 23% das pousadas e hotéis, por representar o universo em questão.

A pesquisa foi feita junto aos elementos escolhidos aleatoriamente por sorteio, por meio de perguntas, que foram apresentadas numa mesma ordem e com mesmos termos, por meio de um formulário previamente preparado e testado.

Utilizou-se a formação de *clustering* (agrupamento), que corresponde a uma técnica de reconhecimento de padrões “não supervisionado”, cujo objetivo é organizar os padrões, razoavelmente semelhantes, em grupos distintos.

Em Theodoridis (1999) citado por Santos (2000), encontramos definição para *Clustering* descrita a seguir:

Sendo X um conjunto de dados, $X=\{x_1,x_2,\dots,x_n\}$, define-se como um m -clustering de X , a divisão de X em m conjuntos (clusters), C_1,\dots,C_m , que satisfazem três condições:

$$a) C_i \neq \emptyset, i = 1, \dots, m \quad b) \bigcup_{i=1}^m C_i = X \quad c) C_i \cap C_j = \emptyset, i \neq j, i, j = 1, \dots, m$$

Complementando, pode-se dizer que os vetores contidos em um cluster C_1 , são mais similares entre si e menos similares com os vetores contidos em outro cluster C_n .

Medidas de dissimilaridade são amplamente utilizadas pelas técnicas de clustering. A Distância Euclidiana, explicada por Jain (1998) em Santos (**op.cit.**, 2000), é a mais popular medida de proximidade, sobretudo quando as características do padrão são representadas por valores contínuos.

A Distância Euclidiana é representada pela expressão (01) abaixo, sendo que os valores em questão são especificados de maneira padrão pelas coordenadas cartesianas (x, y) .

$$de(x, y) = \left(\sum_{i=1}^d (X_i - Y_i)^2 \right)^{1/2} = \|X - Y\| \quad (01)$$

Implicando em:

$$de(X, Y) = \sqrt{\sum_{i=1}^1 (X_i - Y_i)^2} \quad (02)$$

O resultado da Distância Euclidiana será apresentado em um Dendrograma, que vem a ser um diagrama em forma de árvore que sumariza um processo de agrupamento de objetos em classes hierárquicas (Análise de Cluster). Os casos semelhantes são unidos em grupos cujas posições no dendrograma são determinadas pelo nível de (dis)similaridade entre eles.

4. Resultados e Discussões

A região estudada apresenta-se como um dos grandes destinos turísticos do Brasil, sendo divulgada em muitas revistas especializadas no assunto, que evidenciam a beleza cênica singular existente em função da conservação dos fragmentos florestais da área.

A manutenção dos recursos naturais é reconhecidamente um forte aliado do setor turístico, pois 60% dos entrevistados acreditam que seus hóspedes são atraídos para a região por sua beleza natural e pela natureza ainda conservada Tabela 07.

Tabela 07: Principais motivos para se visitar a APA

Motivo	Quantidade	%
Natureza	7	35
Beleza Natural	5	25
Moda	3	15
Surfe	2	10
Tranqüilidade	2	10
Ecoturismo	1	5

Fontes: Dados da pesquisa, 2004.

Contudo este reconhecimento por parte desse segmento não significa exatamente que o mesmo esteja disposto a contribuir financeiramente para a manutenção do ambiente conservado através do pagamento de uma taxa ambiental.



Figura 03: Perfil do empreendedor

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

A pavimentação da estrada é sem dúvida um fato marcante para a região, pois possibilitou a facilidade de locomoção dos habitantes da área para outras regiões bem como atraiu um grande número de pessoas que antes não a visitavam

em função das dificuldades de acesso. Contudo, 73,3% dos entrevistados deste agrupamento chegaram à região antes da pavimentação da estrada e do “boom” do turismo, demonstrando que este grupo já acreditava no potencial turístico da região e das oportunidades existentes.

Dos entrevistados 33,4%, já em seu primeiro ano na área, ainda antes da pavimentação da estrada, montaram seus empreendimentos, 40% foi se estabelecendo em um intervalo inferior a seis anos e os demais a partir do sexto ano. A Tabela 08, evidenciando que a região já despertava interesses econômicos mesmo antes das facilidades de acesso.

Tabela 08: Intervalo de tempo entre a chega à região e o estabelecimento do empreendimento

Intervalo	Quantidade	%
1 ano antes	1	6,7
No 1° ano	4	26,7
No 2° ano	1	6,7
No 3° ano	1	6,7
No 4° ano	2	13,3
No 5° ano	2	13,3
A partir do 6° ano	4	26,7

Fonte: Dados da Pesquisa, 2004.

Este grupo apresenta uma relação bem estreita com a região e suas problemáticas. Os anos de vivência e a perspectiva de residir ainda por muitos anos tende a provocar um sentimento de responsabilidade com o local em que se habita. Foi observado que 86,7% destes, não pensam em ir embora da região. Enquanto que 73,3% tem conhecimento e concordam com o estabelecimento da APA e da formatação de seu zoneamento, ainda que este zoneamento provoque alguma restrição de expansão em seus empreendimentos.

Os empreendimentos deste agrupamento são caracterizados por uma quantidade média de 30 leitos por estabelecimento, sendo que o menor apresenta 15 e o maior 45 leitos. A média mensal de ocupação, estimada entre a alta e baixa estação, é de 12,25 hóspedes por estabelecimento, sendo que a menor média é de 03 e a maior de 23 hóspedes. As reservas para estes estabelecimentos são feitas de

forma direta, 93,3% dos casos. São empreendimentos de pequeno e médio porte onde o gerenciamento é feito pelo proprietário ou familiares.

Entretanto a ampliação do mercado é uma preocupação constante destes empresários, pois 86,7% destes divulgam seu estabelecimento em outras regiões do país, principalmente pela Internet (60%), mas também comparecendo a feiras e eventos (13,3%), chamando a atenção do público para a estrutura de seus empreendimentos e para os atrativos da região.

Uma percepção importante manifestada pelos empresários é com relação à consciência ambiental de seus hóspedes, 66,7% dos entrevistados percebem que seus clientes têm conhecimento da problemática ambiental e suas conseqüências e que por isso tendem a ser favoráveis a ações e atitudes em prol da conservação da biodiversidade.

Os empreendedores agrupados neste “cluster”, na hipótese de existir algum mecanismo que culmine no pagamento de uma taxa por cada hóspede de seu estabelecimento por dia para a manutenção dos recursos naturais existentes na região, apesar da área ser uma Unidade de Conservação na forma de APA, concordariam, em sua maioria, ou seja 73,3%, em contribuir.

Visando certificar-se de que não estava havendo viés nas respostas, ou seja que os entrevistados estavam realmente sendo sinceros em suas respostas ou não estavam apenas querendo agradar o pesquisador, lhes foi perguntado sobre qual seria o valor ideal para a taxa de manutenção dos recursos naturais por hóspede/dia. Ficou explícito, nesse momento, a racionalidade das respostas, pois antes de definir o valor ideal da taxa por cada hóspede/dia, os entrevistados elaboravam cálculos do custo diário de cada hóspede e comparavam com o valor de suas diárias, evidenciando que os valores atribuídos tem uma relação direta com o valor da diária e a taxa de lucro, de modo que tal pagamento não pode provocar alterações significativas em seus rendimentos líquidos.

Respeitando a maximização dos lucros, o valor médio da taxa de contribuição para a conservação, por cada hóspede/dia, para estes empresários é de R\$ 2,54, sendo R\$ 0,32 o menor valor e R\$ 10,00 o maior. Contudo estes valores não representam a DAP, disposição a pagar, por questões metodológicas. Estudos de valoração dos recursos naturais com a aplicação da DAP devem ser realizados com um número de observações mínimo que a própria estrutura hoteleira local não permite.

Todos os que não manifestaram o interesse em contribuir com uma taxa para a conservação dos recursos naturais argumentaram que não confiam que, se existisse tal taxa, a mesma seria revestida para o fim proposto, assim como vem acontecendo com o CPMF por exemplo, mas, em havendo algum mecanismo de controle da aplicação destes recursos haveria a possibilidade de se contribuir.

5. Conclusões

A busca por soluções para conter o processo de degradação dos recursos naturais e promover a proteção ambiental sempre foi uma responsabilidade do Estado. Não que a sociedade fosse omissa à problemática ambiental, mas, de uma forma geral, era inerte aguardando sempre as ações do governo.

O Estado vem tentando fazer seu papel, com a instituição de Unidades de Conservação em diversas categorias e a aplicação dos seus instrumentos de políticas ambientais. Contudo essas ações não têm alcançado seus objetivos de forma satisfatória, pois sempre enfrentam os problemas da morosidade burocrática do Estado. Os instrumentos de C&C, que funcionam como medidas reguladoras do uso dos recursos naturais, como as licenças ambientais e os zoneamentos, também não vem conseguindo bons resultados, pois em geral apresentam um alto custo operacional, não promovem incentivos para os atores regulados, quebram, de certa forma, o direito de propriedade e acabam gerando uma clima de conflito entre os agentes reguladores e os atores sociais regulados.

Um avanço nestes instrumentos de política ambiental foi o desenvolvimento dos instrumentos econômicos, que podem ser mais ágeis que os C&C, têm caráter preventivo, pois em geral são aplicados antes das ações, promovem um uso mais racional dos recursos ambientais, incentivam o melhoramento tecnológico e são menos litigiosos, atraindo os agentes econômicos.

Os mecanismos como os mercados artificiais como forma de estimular a manutenção e promover um uso mais racional dos recursos ambientais vem sendo realidade em alguns países. No Brasil alguns casos vêm sendo estudados, como a cobrança pelo uso da água nos Estados de São Paulo e Ceará.

Este trabalho mostra que esta é uma possibilidade a ser aplicada em regiões onde ocorram atividades econômicas que dependam diretamente do bom estado de conservação dos recursos naturais para seu funcionamento. No caso estudado trabalhou-se em uma APA com um potencial cênico expressivo, graças ao estado de conservação ambiental, onde uma das principais atividades econômica é o turismo.

Este segmento da economia local mostrou-se favorável à estruturação de um mecanismo de mercado que promova a manutenção do ambiente, pela preocupação de que isso pode significar a sobrevivência do setor e de seus empreendimentos.

O estudo em questão captou apenas o interesse deste segmento, atentando para o perfil de empreendedores que apresentam uma maior tendência a aderir a um mecanismo de mercado que incentive a conservação, mas a indicação da aceitabilidade de um instrumento econômico como esse por parte de empreendedores com determinado perfil abre espaço para novos estudos nesta linha, onde poderiam ser trabalhados aspectos legais, valoração ambiental e simulações da aplicação dos instrumentos.

6. Referência Bibliográfica

BAHIA. Secretaria da cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. Roteiros Ecoturístico da Bahia Costa do Cacau. – Salvador – BA: A Secretaria, 2000.

BELLIA, Vitor. Introdução a Economia do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília – DF, 1996.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Instituiu o Sistema Nacional das Unidade de Conservação da Natureza. Brasília, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário - 1995-1996. nº15 - Bahia, 1998.

MARQUES, A. & SANTOS, P. Revisão do Zoneamento da APA Costa de Itacaré/Serra Grande. IESB, 2004.

MARTINS, Osmar Pires Júnior. Gestão Ambiental. Disponível em http://www.agenciaambiental.gov.br/cartilha/cart_apresen.php, acesso em 10 junho de 2005.

MIRANDA, Sandro Ari Andrade de. Taxa ou preço público: qual a natureza da contraprestação paga ao órgão responsável, quando do licenciamento ambiental?. Jus Navigandi, Teresina, a. 9, n. 733, 8 jul. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6984>>. Acesso em: 25 ago. 2005

MMA – Ministério do Meio Ambiente. www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.prf, acessando em 25/04/05.

MOTA, José Aroudo. O Valor da Natureza: Economia e Política dos Recursos Naturais. Rio de Janeiro – RJ: Garamond, 2001.

MOTTA, Ronaldo Serôa, MENDES, Francisco Eduardo. Instrumentos Econômicos para o Controle Ambiental do Ar e da Água: uma Resenha da Experiência Internacional. Rio de Janeiro – RJ: IPEA, 1997.

MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia aplicada – Técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

OLIVEIRA, José Antônio Pupim de. Instrumentos Econômicos para Gestão Ambiental(...).Centro de Recursos Ambientais, Salvador – BA: NEAMA, 2003.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Área de Proteção Ambiental. In: BENJAMIN, Antônio Herman. Direito Ambiental das Áreas Protegidas. Rio de Janeiro – RJ: Forense Universitária, 2001.

SANTOS, Ricardo da Silva. Sistema de Classificação de Espectros Raman para Detecção de Lesões Ateroscleróticas em Artérias. Coronárias Humanas. São José dos Campos – SP: UniVap, 2000.

SEMARH – Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Disponível em <http://www.ba.gov.br/semarh> , acesso em 10 junho de 2005.

SOUZA, Paulo Sérgio Vila Nova. Análise da Estrutura Fundiária das Três Microrregiões que Compõem o Sul da Bahia, Complementando o Programa Piloto do Corredor do Descobrimento (Probio). Monografia de graduação. Curso de Ciências Econômicas, UESC, Ilhéus – Ba: 2000.

VARELA, Carmem Augusta. Instrumentos de políticas ambientais, casos de aplicação e seus impactos. Relatório de Pesquisa Nº 62/ 2001 EAESP/ FGV/ NPP. [http:// www.fgvsp.br/adm/arquivos_npp/P00215_1.pdf](http://www.fgvsp.br/adm/arquivos_npp/P00215_1.pdf) extraído em 10/06/05.

Considerações Finais

A realidade atual da Mata Atlântica é dramática. É um dos ecossistemas mais ameaçados, não apenas no Brasil, mas em todo mundo. De sua cobertura florestal cerca de 93% já foi destruída e o pouco que resta está extremamente fragmentada e vem sendo fortemente pressionada pelo avanço desordenado dos centros urbanos, pela indústria madeireira que continua agindo de forma predatória, pelos métodos agrícolas tradicionais, pelas explorações minerais, dentre outras ações nocivas a este bioma.

Muito já foi feito na tentativa de conter o processo progressivo de degradação nessa região, a criação de Unidades de Conservação ao longo da faixa de Mata Atlântica é sem dúvida uma das mais importantes ações para a conservação de parte da biodiversidade. Entretanto, muitas dessas UCs, além de não terem uma área satisfatória para o desenvolvimento de determinadas espécies, enfrentam problemas estruturais básicos, como a falta de plano de manejo, regularização fundiária, monitoramento e fiscalização.

A criação de Corredores Ecológicos, regiões que englobam as áreas protegidas e as áreas vizinhas, é um esforço conservacionista em tentar manter ou criar a continuidade dos ecossistemas, por meio de um mosaico de uso e ocupação do solo.

Nas esferas estaduais, alguns estados da federação vêm tomando a responsabilidade para si e seguem implementando ações que busquem aumentar o número de UCs e a qualidade. Dentre estes Estados se destacam o Paraná, Minas Gerais, São Paulo que apostaram na implementação de políticas ambientais mais modernas, que, além dos tradicionais elementos de C&C, fazem uso de

instrumentos econômicos, como a cobrança pelo uso da água em bacias hidrográficas por volume e conteúdo poluente, tarifa de esgoto industrial baseada no conteúdo de poluentes e compensação fiscal por áreas protegidas através do ICMS Ecológico.

O estado da Bahia por sua vez, pelo menos no que se refere à conservação da biodiversidade, apresenta uma política ambiental pouco efetiva. Na Bahia, nos últimos anos foram estabelecidas diversas UCs, a maioria em forma de APA. Contudo grande parte dessas UCs existe apenas no papel, pois também enfrentam problemas de falta de plano de manejo, regularização fundiária, monitoramento e fiscalização.

O governo desse Estado, com a criação de diversas APAs, vem apostando que o desenvolvimento da atividade turística possa ajudar nesse processo de conservação dos recursos naturais. Entretanto, apesar da relação direta entre ambiente conservado e o turismo, esta atividade, se não for bem planejada pode gerar mais complicadores para a área aonde vem sendo desenvolvida.

O turismo pode realmente ser um aliado na busca pela conservação, mas para isso é preciso que toda sua implementação seja planejada, e em sendo em áreas de proteção ambiental seria importante que também fosse feito um estudo de capacidade de carga da região, do contrário pode haver uma intensa demanda e o que se pretendia que fosse um turismo sustentável dentro dos moldes ideais pode se transformar em um turismo de massa altamente degradante.

Na APA Itacaré Serra Grande, região extremamente rica em biodiversidade e com grande beleza cênica, o turismo vem sendo desenvolvido de forma intensa, promovendo, graças à falta de um planejamento prévio, uma série de problemas socioambientais, como por exemplo o aumento do volume de lixo, o surgimento de favela em área antes de floresta, extração de madeira para construção dentre outros tantos.

Criar mecanismos que ordene a exploração turística nessa região, um modelo de política ambiental próximo ao que é aplicado em Fernando de Noronha, pode ser o caminho o desenvolvimento sustentável em sua essência, desenvolvimento social, econômico e conservação ambiental. Tal ferramenta evitaria que esse destino, que vem sendo tão procurado nos últimos anos, sofra as mesmas mazelas que Porto Seguro, onde a falta de qualidade ambiental e social é latente.

O importante no caso da APA Itacaré Serra Grande é que os empreendedores do seguimento hoteleiro demonstram preocupação com crescimento dos problemas socioambientais e se mostram favoráveis à implementação de mecanismos econômicos que contribuam para o saneamento destes, desde que os recursos gerados sejam realmente empregados nos fins estabelecidos.

Diante desta perspectiva, percebe-se a necessidade da realização de estudos que identifique os mecanismos apropriados à realidade local e seus aspectos legais, bem como estudos de valoração econômica dos recursos ambientais existentes.

Anexos

Anexo A

Roteiro para entrevista com os atores sócias da APA

Data da Entrevista, ____/____/____ Hora _____ Ponto GPS: Lat _____ Long _____

Localização/Zona _____ Km: _____

Dados do Empreendimento/Pessoais

1 - Nome do Empreendimento/Entrevistado?

1.1 - Sexo e idade do entrevistado?

M **F** Idade _____

1.2-Nacionalidade _____ Naturalidade _____

1.3-Reside na APA?

sim **não** Se sim, há quanto tempo? _____

1.3 - Tipo de Atividade (empreendimento, emprego ou fonte de renda)? Tempo de Operação? Cargo?

1.4 - O que motivou sua entrada no ramo e sua vinda para região? **(opcional)**

1.5 - Número de leitos? **(opcional)**.

1.6 - Número de funcionários? Quantos são da região? **(opcional)**.

Envolvimento do Empreendimento com o Meio Ambiente (APA)

2 - Você tem conhecimento que sua empresa/residência esta localizada em uma APA?

sim **não**

O que é APA?

3 - Você utiliza como marketing (propaganda) para seu empreendimento o fato de estar em uma APA?

sim **não**

De que maneira:

4 - Na construção do seu empreendimento (residência) você precisou de algum tipo de autorização (licença)?

sim **não**

De que tipo:

5 - Você desenvolve algum trabalho de conscientização e conservação ambiental para seus funcionários visitantes e clientes?

sim **não**

De que maneira:

6 - Quais as atividades turísticas predominantes na APA?

() Lazer Contemplativo (descanso) () Turismo Educacional () Ecoturismo
() Esporte de Aventura () Pesca Amador

Outros _____

7 - Quais as principais alterações provocadas pelo turismo na Região de Itacaré/Serra Grande?

8 - Na sua opinião, quais os principais os problemas, enfrentados, na região da APA?

9 - Na sua opinião a atual situação do Meio Ambiente na APA é?

- () Ótima () Boa () Regular
 () Ruim () Muito ruim

Outros _____

10 - Na sua opinião qual a atividade que mais emprega na APA?

- () Agricultura () Turismo
 () Comercio () Autônomo

Outros _____

11 - Na sua opinião qual a atividade que mais gera renda na APA?

- () Agricultura () Turismo
 () Comercio () Autônomo

Outros _____

12 - Com o desenvolvimento do turismo na região a situação?

- () Melhorou muito () Melhorou () Piorou
 () Piorou muito () Permaneceu a mesma coisa

Outros _____

13 - A atividade Turística na APA irá alterar sua vida para?

- () Muito melhor () Melhor () Pior
 () Muito pior () Não irá alterar em nada

Outros _____

14 - Você acha que empreendimentos Turísticos como Pousadas e Hotéis na APA irá melhorar a situação da população local?

- () Concordo totalmente () Concordo parcialmente () Discordo Totalmente
 () Discordo parcialmente () Não concordo nem discordo

Outros _____

15 - Com relação a situação da coleta de lixo na APA a situação é?

- () Ótimo () Bom () Razoável
 () Ruim () Péssimo

Outros _____

16 - Você acha que o desenvolvimento do turismo na APA trouxe alguns problemas?

sim **não** Se sim, quais?

- () Crime/Violência () Impactos negativos a natureza () Maus costume
 () Aumento do custo de vida () Aumento do preço da terra () Drogas/Prostituição
 () Lixo na cidade/Atrativos () Acabou com a tranquilidade () Barulho

Outros _____

17 - De que forma você pode contribuir para a conservação ambiental da APA?

18 - Do seu ponto de vista o que melhorou? O que piorou na APA?

19 - Você participa ou desenvolve projetos Sócioambientais na APA? Qual e de que maneira você participa?

20 - Qual seu interesse e quais suas perspectivas presentes e futuras para a região?

21 - Houve impactos, causados à região, após a implementação do seu empreendimento?

Positivos

Negativos

22 - Por ordem de preferência o que deve melhorar na APA

- Emprego Segurança Saúde
 Meio Ambiente Educação Transporte

Outros

23 - Se você pudesse opinar ou mudar o Turismo na APA, o que você faria?

Comentários Finais

Anexo B

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROPRIETÁRIOS DE HOTEIS E POUSADAS DA APA ITACARÉ SERRA GRANDE.

Eu estou elaborando uma pesquisa para uma tese de Mestrado na Universidade Federal da Bahia – UFBA. Todas as informações que o Sr. (a) fornecer serão utilizadas apenas na pesquisa acadêmica que vai tentar determinar a disposição a pagar (DAP) pela manutenção dos remanescentes de Floresta da APA Itacaré / Serra Grande.

Os indicadores encontrados têm um caráter acadêmico, e não serão de maneira alguma utilizados para definir qualquer cobrança de taxa. Portanto, todas as informações fornecidas serão sigilosas e anônimas, nem o nome do empreendimento nem da pessoa entrevistada constará neste questionário.

PARTE 1: Dados do proprietário

1. Sexo: a. () F b. () M

2. Idade:

A. 18 a 25 anos B. 26 a 35 anos C. 36 a 50 anos D. 51 a 65 anos E. Acima de 65 anos

3. Estado civil: _____

4. Qual sua origem?

A. País: _____

B. Estado: _____

C. Cidade: _____

5. Quando chegou a esta região (ano) ? _____

6. Qual o principal motivo que o influenciou na escolha pela localização de seu empreendimento?

7. Quando montou o estabelecimento (Ano)? _____

8. Qual o principal motivo de optar por um hotel ou uma pousada?

9. Qual sua escolaridade?

A) Sem alfabetização B) 1º grau incompleto C) 1º grau completo D) 2º grau incompleto

E) 2º grau completo F) Superior incompleto G) Superior completo H) Pós-graduado

10. Tem outra fonte de renda? () O.NÃO () 1.SIM

11. O hotel (pousada) é a principal fonte de renda? () O.NÃO () 1.SIM

12. Pretende permanecer na Região por mais quanto tempo? (aproximado em anos). _____

13. Sabe o que significa APA? () O.NÃO () 1.SIM

14. Concorda com o estabelecimento da APA? () O.NÃO () 1.SIM

PARTE 2: Dados do estabelecimento

15. Quantos leitos têm seu estabelecimento? _____
16. Qual a média mensal de ocupação? _____
17. As reservas são através de operadoras ou é por procura direta? _____
18. O hotel (pousada) é divulgado em outras regiões? () O.NÃO () 1.SIM
19. Qual o principal meio de divulgação? _____
20. Qual o principal apelo promocional do Hotel (pousada)? _____

21. O hotel (pousada) oferece algum tipo de passeio?() O.NÃO () 1.SIM
22. Qual passeio? _____
23. Este passeio tem como base os recursos naturais desta região?() O.NÃO () 1.SIM
24. Se este hotel (pousada) se localizasse em outra região poderia oferecer este mesmo programa?
() O.NÃO () 1.SIM
25. Qual o valor da diária? _____

PARTE 3: Perfil dos hospedes

26. Qual a principal origem dos seus hospedes? _____
27. Porque eles escolhem esta região? _____

28. Os hospedes apresentam algum nível de consciência ambiental?() O.NÃO () 1.SIM

PARTE 4: (DAP)

29. A preservação da beleza da paisagem natural, do meio ambiente, da fauna e da flora, assim como, todo o ecossistema da área permitindo a utilização sustentável do ambiente natural garantindo assim a manutenção da atividade e do fluxo turístico.

Se, para tanto, o hotel (pousada) tivesse que dispor de uma taxa por cada hóspede que recebe, com a garantia de que as receitas geradas seriam gastas para a preservação e manutenção das características atuais deste local, este estabelecimento estaria disposto a pagar uma determinada taxa por cada hóspede? Não esquecendo de que esta mesma atividade poderia ser desenvolvida em outras regiões como Marau e Ituberá sem o pagamento de tal taxa. () O.NÃO () 1.SIM

30. Se SIM, até quanto (R\$) a pousada (hotel) estaria disposto a pagar? _____
31. Se NÃO, qual foi o motivo ? _____

Anexo C

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO Estado da Bahia

